

LUCIANE DOS PASSOS PIRES

**ESTRATÉGIAS DE INTERAÇÃO NO TEXTO ESCRITO:
Perspectivas para o Ensino da Leitura**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
2004**

LUCIANE DOS PASSOS PIRES

Biblioteca MA-PUC/SP



100140725

**ESTRATÉGIAS DE INTERAÇÃO NO TEXTO ESCRITO:
Perspectivas para o Ensino da Leitura**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em: Língua Portuguesa, sob a orientação da Professora Doutora Sueli Cristina Marquesi.

Biblioteca
Nadir Gouvêa Kfour
PUC/SP

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
2004**

Banca Examinadora

Prof. Dr. J. J. J. J.
B. J. J. J.
D. J. J. J. J. J. J. J. J. J.

À **Amélia**, minha mãe,
pelo seu exemplo de vida, amor e fé.

Ao **Roberto**, meu marido,
pelo seu amor, carinho e incentivo, sempre.

À **Juliana**, minha filha,
pela sua doçura, pelos seus abraços e pelo seu sorriso que tornam a minha vida
mais feliz.

AGRADECIMENTOS

A *Deus*, por ter me concedido o privilégio de realizar esse sonho.

À *Prof^a Dr^a Sueli Cristina Marquesi*, pela dedicação e seriedade com que orientou este trabalho, pelo seu exemplo de ética e profissionalismo e, principalmente, pela profunda compreensão para com meu processo de aprendizagem, enfim, pelo crescimento que me propiciou.

À *Prof^a Dr^a Vanda Maria da Silva Elias* e à *Prof^a Dr^a Neusa Maria de Oliveira Bastos*, pelas valiosas contribuições dadas a este trabalho no Exame de Qualificação que permitiram o seu aprimoramento.

Ao *meu marido*, por acreditar em meu trabalho e, principalmente, por estar comigo em todos os momentos.

À *minha mãe*, por ter cumprido brilhantemente seu papel e por ter me estimulado em todos os momentos de minha vida.

À *minha irmã Marli*, pelo amor e carinho que dedicou à minha filha nos momentos de ausência que os estudos me exigiram.

À *minha irmã Marlene*, pelo seu exemplo de coragem e determinação e pelo acompanhamento nos momentos importantes de minha vida.

Aos *professores do Programa de pós-graduação em Língua Portuguesa*, por tudo o que me ensinaram.

Ao *Gilberto Dalla Verde Junior*, pela versão em inglês do resumo deste trabalho.

À amiga *Valéria Rodrigues Hora Silveira*, pela leitura deste trabalho e pelas conversas produtivas que tivemos no decorrer da pesquisa.

À amiga *Karlene da Rocha Campos*, pelo apoio e pelas palavras de incentivo nas horas difíceis, principalmente, nos momentos finais da pesquisa.

À querida amiga *Kelly Cristina Farabotti*, com quem iniciei meus estudos acadêmicos e dei meus primeiros passos que me conduziram ao Mestrado.

À amiga *Viviane Pereira Vieira*, pela amizade sincera.

À *Telma*, secretária da Reitoria da UNICSUL, pelo atendimento eficiente e sempre cordial que me dispensou;

À *Direção e aos colegas da EMEF Padre Batista*, pelo incentivo e torcida à finalização deste trabalho.

Ao Sr. *Márcio Santos Souza* e ao *Roberto*, que, muitas vezes, cederam espaço para meus estudos na *Make Travel Turismo*.

À *Dr^a Maria do Carmo Simonetti*, pela amizade e confiança.

Enfim, o meu **muito obrigada** a todos aqueles que estiveram comigo no decorrer desta pesquisa e que, direta ou indiretamente, contribuíram para sua realização.

RESUMO

Neste trabalho, situado na linha de pesquisa *Leitura e Redação*, propusemo-nos a estudar a interação entre texto e leitor e partimos do pressuposto de que há, na produção textual, algumas marcas lingüísticas que propiciam essa interação.

O fato de atuarmos como professora no ensino fundamental e médio justificou a necessidade desta pesquisa. Por meio dela, pretendemos aprofundar nossos conhecimentos sobre o tema e, conseqüentemente, melhorar nossa prática pedagógica nas aulas de leitura.

O *corpus* selecionado constituiu um conjunto de textos dissertativo-argumentativos extraídos do jornal *Folha de S. Paulo*. Fizemos essa opção baseadas no fato de que, na Escola, parece haver uma tendência de se privilegiar, nas aulas de leitura e redação, o estudo dessa tipologia.

Para o desenvolvimento de nossa investigação, elaboramos — à luz de teóricos da Lingüística Textual e da Teoria do Processamento do Discurso — a seguinte pergunta de pesquisa: quais os recursos lingüístico-textuais empregados na formalização de textos dissertativo-argumentativos que propiciam a interação entre texto e leitor? Com base nessa questão, tivemos como objetivo específico verificar quais são esses recursos.

Os resultados obtidos evidenciaram que a intertextualidade, a polifonia, os implícitos, os modalizadores e os operadores argumentativos são estratégias interacionais freqüentemente utilizadas pelo produtor com intuito de propiciar uma melhor compreensão do texto por parte do leitor.

ABSTRACT

In this work, placed in the field of reading and writing, we proposed at studying interaction between text and reader. We assume that there are some linguistics marks on the textual production that promote interaction.

Being a teacher in the Ensino Fundamental and Médio justified the need of the work. It is through this research that we intend to improve our knowledge on the theme and, consequently, improve our pedagogic practice in reading classes.

The corpus selected consisted of a number of dissertative-argumentative texts from *Folha de S. Paulo* newspaper. We decided for these texts based on the fact that in the school there seems to be a tendency of giving preference for the study of this textual typology in reading and writing classes.

To development of our investigation we elaborated, in the light of Textual Linguistic and Discourse Processing Theory, the following question: what textual linguistic resources used in the formalization of dissertative argumentative texts promote the interaction between text and reader? Based on this question, our specific objective is to verify what these resources are.

The results showed that intertextuality, polyphony, implicit features, modalizing terms and argumentative operators, are interactional strategies frequently used by the productor, willing to give the reader a better understanding of the text.

Introdução	01
Capítulo I — Linguagem e Interação	08
Considerações iniciais	09
1.1 — Concepções de linguagem, sujeito e interação	09
1.2 — O texto como lugar de interação	13
1.2.1 — A coerência	14
1.2.2 — A Intertextualidade	15
1.2.3 — A Polifonia	18
1.3 — O implícito	24
1.3.1 — Pressupostos	26
1.3.2 — Subentendidos	27
1.4 — A Pragmática e a constituição dos <i>frames</i>	28
1.4.1 — A constituição das representações cognitivas	32
Considerações Finais	37
Capítulo II — A organização do texto dissertativo-argumentativo	39
Considerações iniciais	40
2.1 — As superestruturas textuais	41
2.1.1 — Os diferentes tipos de superestrutura	45
2.2 — As macroestruturas textuais	48
2.3 — O texto dissertativo na tipologia textual	53
2.4 — A microestrutura do texto dissertativo-argumentativo	57
2.4.1 — As modalidades e os modalizadores	58
2.4.2 — Os operadores argumentativos	61
Considerações finais	63
Capítulo 3 — Caminhos para a compreensão do texto	65
Considerações iniciais	66
3.1 — Texto 1	68
3.2 — Texto 2	83
3.3 — Texto 3	94
3.4 — Texto 4	103
Considerações finais	114
Conclusão	117
Referências bibliográficas	122
Anexo 1	126
Anexo 2	127

INTRODUÇÃO

Este trabalho insere-se na linha de pesquisa *Leitura e Redação* e tem como tema a interação entre texto e leitor. Buscamos, com esta pesquisa, apresentar uma contribuição para o ensino da leitura, uma vez que observamos as dificuldades que nossos alunos apresentam em estabelecer um diálogo com o texto.

Justifica-se o trabalho pela necessidade de aperfeiçoar nossos conhecimentos sobre a interação entre texto e leitor no processo da leitura, para que, assim, possamos melhorar nosso desempenho como professora de Língua Portuguesa e, conseqüentemente, apresentar aos nossos alunos uma abordagem mais eficiente no ensino da leitura.

Nesse sentido, reafirmamos a importância da escola na formação desses leitores, pois cabe a ela propiciar situações de leitura e produção de texto, nas quais os alunos possam desenvolver sua competência lingüística e textual, estendendo-as à compreensão de textos do seu cotidiano, adotando uma postura de leitor crítico-reflexivo (cf. van Dijk, 2000:19).

Nossa preocupação é intensificada, pois, freqüentemente, observamos os baixos desempenhos dos alunos na compreensão de textos escritos e nas avaliações internas e externas das escolas brasileiras, fatos que comprovam que a escola contemporânea, por razões diversas, não tem exercido eficientemente seu papel.

Não temos a intenção de propor uma metodologia de ensino. Com este trabalho, pretendemos apresentar uma proposta de leitura, na qual privilegiamos uma postura dialógica entre o texto e o leitor, para contribuir com o processo de ensino-aprendizagem.

As tendências atuais dos estudos lingüísticos permitem que adotemos essa postura, pois consideram que o texto tem o propósito de não só informar, mas também de propiciar a interação com o leitor, de modo que a comunicação se estabeleça. Essa interação, por sua vez, completa-se quando o leitor realiza o processo de compreensão e interpretação.

Em um texto escrito, os participantes da interação consistem, de um lado, no leitor e, de outro, no próprio texto, no qual o autor se institui como sujeito por meio de marcas lingüísticas nele presentes.

Entretanto, o fato de os interlocutores não dividirem o mesmo espaço e o mesmo tempo pode resultar numa barreira para o estabelecimento da comunicação, visto que recursos como entoação, velocidade, tom e altura da voz, assim como gestos e expressões faciais, movimento e interação corporal que indicam atitude ou emoção do falante, nem sempre são possíveis de se constituírem na linguagem escrita.

Por outro lado, a língua oferece vários recursos que facilitam a leitura e garantem o processo de compreensão por parte do leitor, estabelecendo, assim, a interação. É nessa perspectiva que essa pesquisa se insere e se desenvolve, de acordo com a seguinte problemática: Quais recursos lingüístico-textuais são empregados na formalização de textos para propiciar a interação entre texto e leitor?

Para responder a essa questão, empreendemos essa pesquisa de acordo com a abordagem pragmática da linguagem, que considera o texto um evento discursivo

constituído por fatores de ordem lingüística, cognitiva e social, no qual convergem elementos argumentativos.

Buscamos os fundamentos da Lingüística Textual (Koch, 1998; 2002), especificamente, sobre texto e os fatores que o constituem (Beaugrande & Dressler, 1981; Koch e Travaglia, 2000; Koch, 1998; 2000; Ducrot, 1980; 1987), sobre o implícito no texto (Ducrot, 1977; 1987) e sobre o texto como resultado da união de fatores lingüísticos e sócio-interacionais, bem como os indicadores modais (Koch, 1998; 1999) e os elementos argumentativos que o constituem (Ducrot & Anscombe, 1981; van Dijk, 1978; 1980; 2000). Recorremos, também, à Teoria do Processamento do Discurso (van Dijk, 2000), que orienta o processo de compreensão do leitor de acordo com seus conhecimentos prévios.

A partir desses estudos, optamos por analisar textos jornalísticos do tipo dissertativo-argumentativo, ou seja, textos cuja seqüência lingüística predominante é a dissertativa: exposição de opinião baseada em argumentos. Esse tipo de texto caracteriza-se por resultar da maturidade intelectual do sujeito-produtor, pois este precisa expor suas idéias, organizando provas e argumentos, a fim de conquistar o leitor.

Dessa forma, é explícita a necessidade de o leitor dialogar com o texto, questionando os argumentos ali presentes. Esse diálogo pode resultar em um melhor desempenho desses leitores nos diversos setores que atuam na sociedade, uma vez que, no mundo contemporâneo, os indivíduos estão constantemente envolvidos em situações nas quais precisam não só compreender os argumentos que a eles são apresentados, mas também elaborar seus próprios argumentos a fim de sustentar suas opiniões.

Nesse sentido, o uso do texto dissertativo-argumentativo na escola pode contribuir para a melhoria do desempenho comunicativo desses leitores, pois, a partir de seu estudo, os alunos poderão ter mais facilidade em:

- identificar as relações que se estabelecem entre os enunciados que compõem os textos;
- estabelecer conexões entre seu conhecimento prévio e os conteúdos veiculados nos textos;
- elaborar inferências, como, por exemplo, hipóteses e conclusões;
- avaliar as informações recebidas por meio do texto.

O domínio das competências citadas acima pode capacitar o leitor a captar as idéias explícitas e implícitas de um texto e, assim, refletir sobre a(s) informação(ões) recebida(s), distinguindo o que é fundamental do que é pouco relevante ou pertinente para sua compreensão.

Justificamos o uso dos textos publicados em jornal, pois este é um dos meios de comunicação de massa mais importantes de nossa sociedade: o jornal impresso, que, por ser de fácil circulação, tem um papel relevante na construção da opinião pública. No entanto, para que possa cumprir esse papel, ele precisa informar, explicar e orientar os leitores acerca dos fatos do cotidiano, por isso a linguagem nele empregada é, geralmente, a mais usual possível, tendo em vista a heterogeneidade do público.

Nesse sentido, Lage (1990:38) afirma que “a linguagem jornalística é basicamente constituída de palavras, expressões e regras combinatórias que são possíveis no registro coloquial e aceitas no registro formal”. Segundo o autor, essa

combinação dos registros formais e informais da língua resulta em uma comunicação eficiente e na aceitação social, fatores que tornam os textos jornalísticos propícios à interação.

Diante do exposto, apresentamos os objetivos que direcionam esta pesquisa:

Geral:

- Contribuir para o ensino da leitura.

Específicos:

- Examinar a formalização do texto dissertativo-argumentativo;
- Verificar quais recursos lingüístico-textuais são utilizados pelo produtor do texto dissertativo-argumentativo jornalístico, para estabelecer a interação com o leitor.

Os procedimentos metodológicos para a elaboração deste trabalho foram:

- leitura das obras que tratam da linguagem e do texto como forma de interação;
- leitura de obras que tratam da estrutura do texto dissertativo-argumentativo;
- estabelecimento das categorias de análise;
- seleção do *corpus* para análise. Para a constituição do *corpus*, selecionamos textos dissertativo-argumentativos publicados no jornal *Folha de S. Paulo*, na seção Opinião, nos meses de julho a setembro de 2003;
- identificação das categorias nos textos selecionados;
- análise e interpretação dos dados;

- discussão dos resultados obtidos.

Para a concretização dos objetivos propostos, organizamos esta dissertação em três capítulos:

No **primeiro capítulo**, procuramos, primeiramente, conceituar a linguagem, o sujeito e a interação. Discutimos, também, a constituição dos textos, enfocando os fatores de intertextualidade, polifonia e coerência, como índices inerentes ao texto e responsáveis pela interação com o leitor.

Ainda nesse capítulo, apresentamos o modo como se constituem as representações no plano cognitivo do leitor para a compreensão das estratégias que constituem os textos.

No **segundo capítulo**, traçamos considerações a respeito das superestruturas e as macroestruturas textuais, para, então, abordar a superestrutura dissertativa. Nesse capítulo, apresentamos, também, um levantamento de elementos que constituem a microestrutura desse tipo de texto e que estão relacionados ao processo de interação.

No **terceiro capítulo**, apresentamos uma análise dos textos selecionados segundo os princípios teóricos discutidos nos capítulos 1 e 2, na qual mostramos os recursos lingüístico-textuais presentes em cada texto, privilegiando uma postura interacional.

CAPÍTULO 1 — Linguagem e interação

Considerações iniciais

A investigação dos processos de interação entre texto escrito e leitor é o foco desta pesquisa. Para o seu desenvolvimento, consideramos necessário expor a concepção de linguagem, de texto e de interação para um tratamento sistematizado e coerente com as necessidades do leitor contemporâneo.

Neste capítulo, discutimos estes aspectos, adotando uma abordagem pragmática da linguagem. A concepção de texto e de sua tipologia é orientada pela Linguística Textual, segundo as teorias propostas por Koch (1998, 1999, 2000, 2002), Koch e Travaglia (2000), Beaugrande e Dressler (1981) e Ducrot (1977), privilegiando a Coerência, a Intertextualidade e a Polifonia. A Teoria do Processamento do Discurso postulada por van Dijk (2000) orientará a compreensão do conhecimento prévio do indivíduo.

Essas vertentes teóricas estão relacionadas, pois asseveramos que os respectivos aspectos tratados por elas contribuem para uma melhor compreensão no processo da leitura, resultando na interação entre texto e leitor.

1.1 — Concepções de linguagem, sujeito e interação

Ao longo da história dos estudos da linguagem, a língua tem sido concebida e sintetizada de diversas maneiras. Koch (1998) apresenta três principais delas: como representação do mundo e do pensamento, como instrumento de comunicação e como forma de ação e interação.

De acordo com a autora, a primeira concepção trata do modo como o homem representa o mundo para si por meio da linguagem e, também por meio dela, transmite essa representação para o outro que, por sua vez, possui suas

próprias representações de acordo com seu próprio pensamento e conhecimento de mundo.

Já a segunda concepção trata a língua como um código conhecido e utilizado, tanto pelo emissor quanto pelo receptor da mensagem para estabelecer a comunicação. Nesta concepção, a língua é tida como um sistema e é utilizada para transmitir informações.

Na última concepção, a autora propõe a língua como atividade, ou seja, ela é responsável por desencadear uma ação no interlocutor. Sendo assim, a língua é considerada como lugar de interação, uma vez que, por meio da linguagem, o locutor pode realizar diversos atos, a fim de estabelecer vínculos com seu(s) interlocutor(es) e nele(s) gerar reações de comportamentos. A interlocução é, então, semelhante a um jogo e, como tal, são necessárias regras de funcionamento para que se realize com sucesso.

A linguagem como atividade tem sido objeto de análise de vários especialistas que voltaram seus estudos “para as relações entre a língua e seus usuários e, portanto, para a ação que se realiza *na* e *pela* linguagem” (cf. Koch, 1998:11). A interação entre os sujeitos passa, então, a constituir uma propriedade fundamental no processo de comunicação verbal.

Koch (2002:14) apresenta a concepção de sujeito de acordo com o uso que este faz língua, podendo ser:

- um sujeito com predomínio da consciência individual no uso da linguagem. Neste caso, ele é o responsável pelo sentido que dá ao seu enunciado, de acordo com o que deseja transmitir ao seu interlocutor;

- um sujeito que não é dono do seu discurso. Há, neste caso, um “assujeitamento” do indivíduo em relação ao sistema lingüístico e social;
- um sujeito de caráter ativo. Esse sujeito não só reproduz o social em seus enunciados, mas participa da situação na qual estão engajados, garantindo, assim, a interação em seu enunciado.

Há, no último item apresentado, sujeitos que, por se engajarem na situação social em que vivem, são, de acordo com Koch (op.cit:15), “atores na atualização das imagens e das representações sem as quais a comunicação não poderia existir”.

E, ao comunicar-se por meio de sua produção, o sujeito expõe e divide com seus interlocutores não só sua história, mas também sua ideologia, uma vez que seu enunciado provém de uma interação com outros discursos.

Desta forma, o texto pode ser representado/definido de acordo com a concepção que se tenha de língua e de sujeito. No primeiro caso, o texto pode ser definido como “um produto do pensamento” do seu produtor, pois, como sujeito, ele utiliza a linguagem de forma individual, sendo o responsável pelo seu sentido.

No segundo caso, em que o sujeito concebe a língua apenas como código (sistema de letras), o texto é apenas um objeto de decodificação, sendo necessário, para isso, apenas o conhecimento do código lingüístico. Desta forma, após decodificado, ele é considerado explícito.

No terceiro e último caso, em que o sujeito interage por meio de seu enunciado, o texto é considerado como o “lugar” da interação, pois tanto o

produtor quanto o leitor utilizam, para sua compreensão, além do conhecimento do código lingüístico, os conhecimentos cognitivos e sociais que possuem.

De acordo com essa concepção, “há lugar, no texto, para toda uma gama de implícitos dos mais variados tipos, somente detectáveis quando se tem, como pano de fundo, o contexto sociocognitivo dos participantes da interação” (op. cit.: 17).

Assim, podemos pensar que tanto a produção quanto a leitura dependem de uma interação entre o produtor, o meio social e o leitor. Nessa seqüência, o meio social auxilia não só o produtor do texto, mas também o leitor que o interpreta. E, como diz Koch (2002:19), “Produtor e interpretador do texto são, portanto, ‘estrategistas’, na medida em que, ao jogarem o ‘jogo da linguagem’, mobilizam uma série de estratégias — de ordem sociocognitiva, interacional e textual — com vistas à produção do sentido”.

Ao participar deste jogo, cabe ao produtor recorrer às diversas estratégias que a língua oferece para a organização textual, para, não só possibilitar a construção de sentidos por parte do leitor, mas também impor limites a ele, no que se refere às leituras possíveis.

Portanto, a linguagem não é mais concebida apenas como um simples meio de comunicação entre sujeitos. Nesse sentido, os estudos lingüísticos no âmbito da Pragmática privilegiam a interação na situação discursiva, considerando a linguagem como um instrumento capaz de modificar situações.

Esses princípios são partilhados por outros pesquisadores preocupados em contribuir para os estudos da linguagem. Para Maingueneau (1996:19),

a enunciação é pensada como um ritual baseado em princípios de cooperação entre os participantes do processo enunciativo, a instância pertinente em matéria de discurso não será mais o enunciador, mas o *par formado pelo locutor e pelo interlocutor* (...).

Assim, o sentido do texto é construído pelo leitor a partir do conteúdo explícito e implícito no texto. Essa construção de sentido permite que se estabeleça um diálogo por meio do texto, que é, em nossa pesquisa, considerado o lugar de interação entre o produtor e o leitor.

1.2 — O texto como lugar de interação

Com o propósito de analisar os elementos lingüísticos que propiciam a interação, vários estudiosos dedicaram-se ao estudo do texto e do discurso. Dentre eles, Beaugrande e Dressler (1981) estabeleceram alguns critérios para que o texto cumpra seu papel social, que é o de estabelecer a comunicação entre sujeitos envolvidos no processo de leitura. A esses critérios, os autores denominaram fatores de textualidade. São eles: a coesão, a coerência, a intencionalidade, aceitabilidade, a informatividade, a situacionalidade e a intertextualidade.

As noções de intencionalidade e aceitabilidade correspondem, respectivamente, às intenções do produtor e do leitor do texto, uma vez que, ao produzi-lo, o locutor é movido por uma intenção comunicativa que dependerá da aceitação do leitor. Assim, a intencionalidade e a aceitabilidade constituem princípios de cooperação entre os indivíduos em uma situação comunicativa, e são, portanto, fatores responsáveis pelo grau de interação que se manterá entre eles.

O princípio de informatividade depende, segundo Beaugrande & Dressler (1981), do grau de previsibilidade do texto, ou seja, se a informação do texto é esperada ou não esperada. À medida que sua previsibilidade for maior, menor será a informatividade e quanto menor a previsibilidade, maior será a informatividade. O grau de informação dependerá, então, da quantidade de informação nova contida no texto.

Os autores (op.cit.) relacionam o conceito de situacionalidade ao contexto de comunicação, uma vez que este se refere ao conjunto de fatores que tornam um texto relevante em dada situação. Assim, quanto maior a adequação de um enunciado em uma situação, maior será o seu grau de coerência, que contribuirá no processo de compreensão do leitor.

1.2.1 — A Coerência

Para elucidar os aspectos referentes à coerência do texto, adotamos o ponto de vista de Koch e Travaglia (2000). Para os autores, a coerência é um dos fatores responsáveis pelo estabelecimento da interação entre produtor e leitor de um texto.

Os autores não utilizam um conceito específico para definir a coerência. Para eles, ela está ligada à boa formação do texto no que se refere à interlocução comunicativa, sendo um princípio de interpretabilidade e inteligibilidade textual. Além disso, ela está relacionada aos conhecimentos prévios que o leitor do texto utiliza para compreendê-lo.

A coerência é também influenciada por fatores cognitivos e interpessoais. No primeiro caso, são consideradas as conexões que os usuários da língua fazem

para atribuir sentido ao discurso; envolvem-se, nesse processo, fatores socioculturais.

No segundo caso, são considerados os fatores pragmáticos, visto que, neles, inclui-se a influência que o produtor pretende exercer em seu interlocutor e também as intenções que os interlocutores possuem na situação comunicativa.

Segundo os autores (op.cit.:12), “os processos cognitivos caracterizam a coerência, à medida que possibilitam criar um mundo textual em face do conhecimento de mundo registrado na memória, o que levaria à compreensão do texto.”

Desse modo, Koch e Travaglia afirmam que o conhecimento de mundo é visto como uma espécie de dicionário enciclopédico do mundo e da cultura arquivado na memória, pois, para eles, a compreensão do texto vai ser vista como um processamento da informação, do conhecimento na memória (cf. op.cit.:61).

Esse conhecimento armazenado na memória dos indivíduos torna-se fator relevante para a produção de sentidos de um texto, visto que ele contribui para o processamento de informações novas, à medida que o leitor estabelece relações entre essas informações e aquelas que já possui. Desse modo, destacamos a intertextualidade como um fator de grande relevância no processo de compreensão e interpretação dos textos.

1.2.2 — A Intertextualidade

Segundo Beaugrande e Dressler (1981:182), “o termo intertextualidade compreende as diversas maneiras pelas quais a produção e a compreensão de

um texto dependem do conhecimento acerca de outros textos por parte dos interlocutores”. Essas maneiras são relativas ao conteúdo e aos fatores formais.

O intertexto relativo ao fator conteúdo está relacionado ao conhecimento de mundo, de modo que a compreensão de um texto dependerá do conhecimento que se tem de outros textos já existentes que abordam o mesmo tema. A intertextualidade de caráter formal é ligada à forma e, portanto, está vinculada à tipologia textual. Nesse caso, o conhecimento das formas ou tipologias textuais será a referência no processo de compreensão do leitor.

Já, para Koch,

Todo texto é um objeto heterogêneo, que revela uma relação radical de seu interior com seu exterior; e, desse exterior, evidentemente, fazem parte outros textos que lhe dão origem, que o predeterminam, com os quais dialoga, que retoma, a que alude, ou a que se opõe (Koch, 2000:46).

Partindo deste princípio, todo texto é considerado um intertexto, ou seja, em um texto há a presença, em grau maior ou menor, de outros textos. Isso corrobora as afirmações de Beaugrande & Dressler quando se referem à importância do conhecimento de outros textos, tanto no processo de produção quanto no de interpretação.

Nesse sentido, Koch (2000:47-8) trata a intertextualidade de acordo com dois sentidos: o amplo e o restrito. Em sentido amplo, ela é tratada como condição de existência do próprio discurso, já o sentido restrito diz respeito à relação existente entre um texto e outros já efetivamente produzidos.

A autora (op.cit.: 48-9) classifica o sentido restrito da intertextualidade em quatro tipos: conteúdo X forma/conteúdo, explícita X implícita, das semelhanças

X das diferenças, com intertexto alheio, com intertexto próprio ou com intertexto atribuído a um enunciador genérico. Passamos, então, ao estudo de cada uma dessas classificações.

A classificação em *conteúdo x forma/conteúdo* ocorre devido ao intertexto que se faz entre textos da mesma área ou corrente do conhecimento. Assim, tanto assuntos quanto expressões podem ser partilhados.

Há, também, autores que utilizam registros ou variedades de linguagem própria, como, por exemplo, textos que reproduzem a linguagem bíblica ou, até mesmo, expressões relacionadas ao futebol em outros segmentos da sociedade (cf. Koch, 2000:49).

A pesquisadora utiliza a denominação *explícita x implícita* para indicar quando, no intertexto, são citadas, ou não, suas fontes. No primeiro caso, as citações são expressas no texto e, no segundo, dependerá da memória do interlocutor para recuperá-las e, assim, construir sentido para o texto.

A autora classificou, como *semelhanças x diferenças*, o processo pelo qual o texto incorpora o intertexto para apoiar-se nele, seguindo suas orientações argumentativas e, até mesmo, citando-o, como, por exemplo, o uso do argumento de autoridade; ou para colocá-lo em questão, expondo-o. É o caso das paródias e paráfrases em que são utilizadas ironias para ridicularizar o intertexto.

Outro tipo de intertextualidade em sentido restrito é o uso de enunciações cujas origens são indeterminadas. Neste caso, estão incluídos os provérbios e os ditos populares — expressões que fazem parte do repertório geral de uma comunidade, não sabendo, portanto, quem foi seu enunciador primeiro.

Essas frases carregam um valor de verdade, pois representam o saber de uma comunidade. Por isso, esse tipo de intertextualidade é denominado por Koch (op.cit.:49) “intertexto alheio, com intertexto próprio ou com intertexto atribuído a um enunciador genérico”.

De acordo com os estudos apresentados, os textos constituídos a partir do processo intertextual possuem, portanto, a voz do seu produtor e as vozes do intertexto que lhes deu origem. Essas vozes que podem ora concordar, ora discordar, com as idéias apresentadas no texto, no qual vão construindo um diálogo, o que permite abordar, em nossos estudos, o recurso da Polifonia.

1.2.3 — A Polifonia

No processo de comunicação verbal, sempre há a preocupação com o “outro”, por isso nossos discursos são constituídos tendo por base o “outro”. Essa preocupação está presente no plano da produção e da leitura dos textos.

No plano da produção, a utilização dos recursos da intertextualidade e da polifonia são provas dessa preocupação, uma vez que, por meio deles, inserimos o outro no interior do texto e, conseqüentemente, contribuimos com o plano da leitura, já que esses recursos propiciam a interação que se deseja criar com os leitores.

Nesse processo de interação, considera-se que o eu se constrói a partir do eu do seu interlocutor e as palavras expressam um em relação ao outro. Desta forma, o dialogismo é considerado como constitutivo da linguagem.

A Polifonia pertence a este processo dialógico, pois ela é, segundo Koch (1998), o processo pelo qual, “num mesmo texto, se fazem ouvir ‘vozes’ que

falam de perspectivas ou pontos de vistas diferentes com as quais o locutor se identifica ou não”.

Nesse sentido, a Polifonia é considerada parte do processo de intertextualidade à medida que o autor traz para seu texto, de modo explícito ou não, as citações de outro autor, estabelecendo, assim, a dialogicidade.

Para Ducrot (1980), o termo polifonia representa, dentro de uma visão pragmática da língua, as diversas perspectivas, pontos de vista ou posições que se representam nos enunciados. O autor compara a cena enunciativa a uma representação teatral. Para ele, o sentido do enunciado consiste em uma representação, na qual são distintos, no texto, o locutor do enunciado que é o “responsável” por ele e os enunciadores presentes no interior do enunciado.

Esses enunciadores representam as diferentes perspectivas e os diferentes pontos de vista apresentados em um mesmo enunciado. Locutor e enunciator(es) são, portanto, personagens desta representação que é o enunciado.

De acordo com a quantidade de enunciadores e com a aderência, ou não, do locutor do enunciado às perspectivas apresentadas por outros enunciadores no texto, a polifonia é classificada por Ducrot (1987) em dois tipos.

O primeiro tipo caracteriza-se por apresentar, no enunciado, mais de um enunciator que são representados por meio de citações explícitas. O segundo tipo é caracterizado pelo modo implícito como esses enunciadores são inseridos no enunciado.

Neste segundo tipo, Ducrot amplia o conceito de intertextualidade implícita, à medida que esses enunciadores podem representar, no enunciado,

pontos de vistas diferentes apoiando-se em textos reais ou virtuais. Esse foi, aliás, o aspecto que permitiu ao pesquisador comparar a cena enunciativa à cena teatral.

A variedade de fenômenos discursivos, existentes no uso efetivo da linguagem, é explicada de acordo com os aspectos apresentados neste segundo tipo de polifonia. É de acordo com este conceito que o locutor adere, ou não, às perspectivas apresentadas.

Pressuposição, parafraseamento e argumentação por autoridade são também recursos que caracterizam a polifonia. Ao utilizá-los, o produtor assume posição positiva, concordando com as idéias apresentadas.

No caso da pressuposição, mesmo identificando-se com as idéias do “outro”, cabe ao produtor, também denominado enunciador genérico, somente a responsabilidade pelo pressuposto, enquanto o conteúdo propriamente dito do enunciado fica a cargo de um segundo enunciador.

O mesmo ocorre em certos tipos de parafraseamento, em que o produtor se apropria de idéias já apresentadas anteriormente para a construção de seu discurso.

De acordo com Koch (2000), para construir a argumentação por autoridade, o produtor pode utilizar-se tanto de índices lingüísticos como o uso ‘metafórico’ do futuro do pretérito, por exemplo, *ficaria...* e *estaria...*; alguns conectores que introduzem os enunciados, como por exemplo, *não só..., mas também...*; expressões como *parece que..., segundo X...* que encadeiam o posicionamento pessoal do produtor, concordando com a idéia apresentada pelo enunciador.

As perspectivas polifonicamente introduzidas em um enunciado também são acompanhadas por marcas lingüísticas que indicam o posicionamento contrário do produtor em relação a elas. A *negação* de um sentido afirmativo posto anteriormente é uma estratégia que remete o leitor à compreensão de um pressuposto implícito.

São, também, utilizados enunciados introduzidos por expressões de cunho adversativo, como, por exemplo, *ao contrário*, *pelo contrário*, mas que não se opõem ao que foi posto anteriormente, uma vez que seguem a mesma perspectiva argumentativa. Essas expressões marcam a presença de outro enunciador, visto que afirmam o contrário do posto no enunciado.

As chamadas “*aspas de distanciamento*” também são utilizadas pelo locutor para mostrar opinião contrária àquela idéia ou expressão polifonicamente introduzida em seu enunciado. Elas expressam um enunciador que utilizou a expressão ou afirmação aspeada e um enunciador-locutor que a empregou em seu discurso sem, no entanto, responsabilizar-se pelo seu conteúdo.

Koch (2000:54) cita o termo “*détournement*”, utilizado por Grésillon & Maingueneau (1984) para explicar outra forma de uso da polifonia. Esta expressão indica uma estratégia bastante utilizada pela mídia e também em várias outras formas de linguagem, como na música e em poemas, podendo, ou não, enfatizar o humor.

Essa estratégia consiste na alteração do conteúdo de um provérbio ou de frases feitas. Desse modo, há, no discurso, um enunciador que representa a sabedoria popular e o produtor do discurso que adere ou não a ela, dependendo do novo sentido adquirido pelo provérbio.

Ainda tratando do posicionamento contrário do locutor em relação às idéias de outro(s) enunciador(es) no texto, há a *contrajunção*. Este termo é utilizado para nomear a estratégia por meio da qual o locutor inicialmente insere em seu enunciado o ponto de vista de outro enunciador, sem, no entanto, concordar com ele.

Nesta estratégia, a discordância do locutor não é apresentada de imediato. Primeiramente, dá-se certa legitimidade ao enunciado admitindo-o como argumento possível para determinada conclusão, mas, por fim, apresenta-se perspectiva contrária a este argumento. Os conectores do tipo adversativo e concessivo são utilizados para iniciar esses enunciados.

E, por fim, o dialogismo entre os enunciadores também se estabelece por meio de *enunciados comparativos*. Esses enunciados seguem uma estrutura comparativa em que são considerados o tema e o comentário. Portanto, o caráter favorável ou desfavorável da argumentação dependerá da ordem em que o tema surgir no enunciado.

Outro caso de polifonia defendido pela pesquisadora é o discurso indireto livre.

Nele, mesclam-se as vozes de dois enunciadores (na narrativa, personagem (E1) e narrador (E2)). Daí deriva a ambigüidade desse tipo de discurso, isto é, a dificuldade de distinguir o ponto de vista (perspectiva) de onde se fala (op.cit.:56).

Em síntese, polifonia e intertextualidade possuem características que coincidem, mas, segundo Koch (op.cit.:57), seus conceitos não são totalmente coincidentes. Na intertextualidade, o enunciado incorpora o intertexto de modo explícito ou implícito, sendo que o modo explícito pode ser constituído,

também, por repertório conhecido pela comunidade, como é o caso das frases feitas, dos provérbios ou das expressões estereotipadas. Nestes casos, o locutor, geralmente, concorda com o intertexto.

Já, na polifonia, as “vozes” de enunciadores, reais ou virtuais, que perpassam o texto, podem estar incorporadas nele de maneira explícita ou apenas encenadas, apresentando perspectivas coincidentes ou diferentes daquelas apresentadas pelo locutor.

Dessa forma, Koch (op.cit.:57) conclui que todo caso de intertextualidade é um caso de polifonia, não sendo, porém, todo caso de polifonia uma manifestação de intertextualidade.

Sendo assim, Intertextualidade e Polifonia são, entre outros, dois importantes aspectos textuais utilizados pelo produtor para asseverar a credibilidade do seu dizer. Por meio deste último, o produtor pode transferir a responsabilidade do conteúdo posto em seu enunciado e, ao mesmo tempo, posicionar-se nele.

A transferência dessa responsabilidade também pode ser direcionada para o leitor, à medida que o produtor também se manifesta em seu texto por meio de atos que provocam seu interlocutor e favorecem a interação com ele. Tal ação, denominada “atos de linguagem”, introduzem, no texto, informações de modo explícito e implícito. Entendendo por explícito o que é dito, ou seja, posto no enunciado, trataremos, agora, do modo implícito de se inserir informações no texto.

1.3 — O implícito

De acordo com a perspectiva apresentada por Ducrot (1977), a língua não se reduz à simples transmissão de informações, ela não é somente o lugar onde os indivíduos se encontram. Para o autor, admitir essa afirmação como única e verdadeira, implica considerar que todos os conteúdos veiculados nos textos são expressos de maneira explícita, o que faz do ato de leitura apenas uma decodificação que resume a mensagem somente ao que está exposto no texto.

Contrariando esses conceitos, Ducrot compara a língua a um jogo. Nas palavras do autor, “ela (a língua) será considerada como um jogo, ou melhor, como o estabelecimento das regras de um jogo, e de um jogo que se confunde amplamente com a existência cotidiana” (op.cit.:12).

Com base nessa afirmação, o autor desenvolve sua tese acerca do implícito na língua, pois, segundo ele, “muitas vezes temos necessidade de, ao mesmo tempo, dizer certas coisas e de poder fazer como se não as tivéssemos dito; de dizê-las, mas de tal forma que possamos recusar a responsabilidade de tê-las dito” (op.cit.:13).

As informações implícitas em um texto podem ser geradas por diversos fatores. Dentre eles, Ducrot (op.cit.:13) chama a atenção para o fato de existirem tabus lingüísticos, que são relacionados não só a algumas palavras, mas também a temas inteiros.

Nesse caso, o autor ressalta que

(...) há, para cada locutor, em cada situação particular, diferentes tipos de informação que ele não tem o direito de dar, não porque elas sejam em si mesmas objeto de

alguma proibição, mas porque o ato de dá-las constituiria uma atitude repreensível (op.cit.:13).

Nesse sentido, dizer determinadas coisas, em certos momentos, representam atitudes que poderiam ser entendidas como atos que demonstrariam desde a vaidade até a humildade do produtor. Tais atos podem, também, representar uma afronta, um desafio aos leitores.

Além disso, o autor apresenta outra razão para o uso das informações de maneira implícita: é o fato de que tudo o que é dito, ou seja, explicitado no texto, fica sujeito a contradições, tornando-se tema de discussões possíveis (cf. Ducrot, 1977:14).

De acordo com esse ponto de vista, entende-se que toda crença seja ela de ordem social ou pessoal, pode ser transformada em objeto contestável se explicitada de modo que seja compreendida por meio da decodificação dos símbolos lingüísticos.

Assim, as formas implícitas de falar mostram “a existência de uma certa utilização da linguagem que não pode ser compreendida como uma codificação, isto é, como a manifestação de um pensamento, escondido em si mesmo, através de símbolos que o tornam acessível” (op.cit.:14).

O implícito pode manifestar-se na língua por meio de dois procedimentos distintos: os pressupostos, inscritos no conteúdo do enunciado, e os subentendidos, fundados na enunciação.

1.3.1 - Pressupostos

Os pressupostos são idéias não expressas de maneira explícita, que decorrem logicamente do sentido de palavras ou expressões contidas na frase. Desse modo, segundo as considerações de Ducrot (1977), os pressupostos dizem respeito ao modo como apresentamos os fatos por meio da causa ou da conseqüência daquilo que queremos dizer, mas não deixamos explícito no enunciado.

Segundo o autor, também faz parte desse procedimento uma variante muito utilizada pela propaganda e pela publicidade que “consiste em apresentar um raciocínio que comporta, como premissa necessária, mas não formulada, a tese objeto da afirmação implícita” (op.cit.:15). Nesses casos, o uso de algumas conjunções conclusivas como, por exemplo, o *logo* e o *portanto* têm o propósito de fazer com que o leitor, por meio do raciocínio dedutivo, entenda aquilo que não foi apresentado no enunciado.

Apresenta-se, assim, uma premissa menor seguida de sua conclusão para que o leitor chegue à premissa maior, raciocínio de natureza formal, que Ducrot (op.cit.: 15) denomina silogismo. Além desse raciocínio, há, também, aquele de natureza menos formal, cujas relações dizem respeito às convenções. É o caso de afirmações cuja fórmula é composta por duas proposições, sendo que a primeira exprime um conselho e a segunda exprime a justificativa para tal conselho.

Ducrot considera que existem, então, duas premissas neste tipo de enunciado: a primeira, explícita na segunda proposição, e a segunda, implícita. Esta segunda proposição é considerada, segundo o autor, o conteúdo efetivo do enunciado.

Ainda, traçando considerações a respeito dos pressupostos, Ducrot (1987), admitindo a influência da Pragmática nos estudos lingüísticos, faz um reexame de seus postulados anteriores. Nesse estudo, o autor faz uma associação do conteúdo pressuposto em um texto aos atos de fala, mais precisamente ao ato ilocucional, uma vez que o ilocutório está, por definição, inscrito na frase (cf. Ducrot, 1987: 35).

Essa associação é permitida visto que o ilocutório constitui uma estratégia capaz de levar o leitor a determinadas conclusões.

1.3.2 — Subentendidos

Ducrot (op.cit.: 16) denomina subentendidos do discurso o implícito que está no próprio fato da enunciação, uma vez que o autor considera que o ato de se tomar a palavra é realizado em situações em que se tenha tal direito, não sendo, portanto, um ato livre nem gratuito, visto que toda fala é realizada segundo certas intenções.

Desse modo, pode-se caracterizar os subentendidos como insinuações não marcadas lingüisticamente, e, por isso, eles escapam dos limites do enunciado e fazem parte da enunciação, uma vez que dizem respeito ao momento e ao modo como o enunciado é proferido.

É nesse sentido que os pressupostos diferem dos subentendidos. Enquanto o primeiro apresenta uma informação estabelecida como indiscutível tanto para o produtor do texto, quanto para o leitor, uma vez que decorre necessariamente de algum elemento lingüístico colocado na frase, podendo ser negado, mas o produtor coloca-o de maneira implícita para que não o seja; o subentendido é de responsabilidade somente do leitor, uma vez que o produtor pode esconder-se

atrás do sentido literal das palavras, servindo, muitas vezes, para proteger o produtor do enunciado.

Cabe ressaltar que, nos dois casos, a reconstituição do implícito, bem como sua significação dependerão do raciocínio do leitor. Ao produtor caberá apenas a responsabilidade pelo significado literal do texto.

Em associação aos atos de fala, os subentendidos são colocados pelo autor, no mesmo plano do ato perlocutório da língua. Nesse sentido, os atos de fala

são vistos como dando a entender ao destinatário que as condições são satisfeitas e que tais condições tornam eles próprios legítimos ou explicáveis. Aqui, o implícito não deve ser procurado no nível do enunciado, como um prolongamento do nível explícito, mas num nível mais profundo, como uma condição de existência do ato de enunciação (Ducrot, 1977:17).

Diante disso, observamos a necessidade de traçar considerações sobre como o leitor organiza e ativa seus conhecimentos no processo da leitura do texto escrito, já que a compreensão das informações subentendidas depende, de um modo geral, da competência do leitor em construir sentidos a tais implícitos, levando em conta não só o enunciado, mas também a situação de enunciação.

1.4 — A Pragmática e a constituição dos *frames*

Como a Pragmática privilegia a adequação dos atos de fala, ou seja, a análise da ação e interação, bem como o aspecto social da produção e interpretação do discurso, em seu âmbito está, também, a teoria cognitiva do processamento do discurso. Assim sendo, procura-se explicar, por meio dessa vertente teórica, as estruturas do processo de produção, compreensão,

armazenamento e reprodução, como também do planejamento, execução e compreensão do discurso em determinada situação.

Para van Dijk (2000:75), “a razão fundamental de uma teoria pragmática da língua é estabelecer relações entre os enunciados (e, portanto, a gramática) e a interação (e, portanto, as ciências sociais)”. Dessa forma, tão importante quanto o discurso é o comportamento social do indivíduo — dois aspectos que poderão ser igualmente interpretados.

Nesse sentido, o autor ressalta a relevância da análise cognitiva dos conceitos pragmáticos, visto que “uma comunicação verdadeira, de fato, envolve conhecimento real, crenças, e desejos. Há mesmo uma condição geral — a da sinceridade — que exige uma vinculação direta entre o que é pensado e o que é exteriorizado” (op.cit.: 76).

Os usuários da língua, cientes das regras para a interpretação pragmática, atribuem aos seus enunciados forças ilocucionárias. Para que o interlocutor compreenda essa força, são importantes as informações que o produtor do discurso utiliza. Essa informatividade é proveniente de vários canais como, por exemplo, a observação do contexto comunicativo; os conhecimentos e crenças já armazenados na memória, assim como aqueles relativos ao tipo de interação; a velocidade, a entoação, os gestos e as expressões faciais e corporais do produtor; e, por fim, outros tipos de conhecimento de mundo (*frames*).

Para van Dijk (op.cit:78),

Frames não são ‘porções’ arbitrárias do conhecimento. Antes de tudo eles são unidades de conhecimento, organizadas segundo um certo conceito. Porém, ao contrário de um conjunto de associações, tais unidades contêm as informações essenciais, típicas e possíveis, associadas a tal conceito. Ademais, os *frames* parecem

ter uma natureza mais ou menos convencional e portanto deveriam especificar o que é característico ou típico em uma certa cultura.

Portanto, ações como comer em um restaurante, ir ao cinema, viajar de trem, constituem-se em *frames* do nosso cotidiano, pois são ações que requerem uma organização de comportamento.

Os frames são, de acordo com o autor, associados aos atos de fala, pois estes apresentam uma natureza convencional como em certos atos institucionais: um julgamento, um casamento ou um batismo, mas apresentam-se culturalmente dependentes.

É, portanto, a organização do nosso conhecimento de mundo do tipo *frame* que permite a interpretação dos atos de fala de acordo com o contexto situacional. É também por meio dele que nossas ações são direcionadas. Sabemos, por exemplo, o momento certo de parabenizar, cumprimentar, despedir-se de alguém.

Van Dijk (op.cit.:80) conclui que “é o nosso conhecimento de mundo e a sua organização mental do tipo *frame* que decide se as condições necessárias à adequação dos atos de fala foram realmente preenchidas ou não”.

Por isso, os usuários da língua devem analisar o contexto social no qual o ato de fala é realizado, visto que esse contexto é estabelecido a partir de dada situação e permite ao interlocutor realizar suposições acerca dos significados e intenções vinculados ao discurso.

Desse modo, a compreensão pragmática ocorre paralelamente ao processo de compreensão semântica, no qual são igualmente importantes os discursos e os conhecimentos prévios para a interpretação do enunciado.

Os contextos pragmáticos são estruturados de acordo com as informações semânticas (memória, *frames*), informações derivadas de eventos/atos imediatamente precedentes e informação global de todas as estruturas (cf. van Dijk, 2000: 82). É necessário, portanto, que essa estrutura do contexto seja organizada hierarquicamente de acordo com as estruturas sociais.

Por isso van Dijk (op.cit.:82) afirma que,

Para ser capaz de determinar se um ato de fala é apropriado, devemos, portanto, estar conscientes primeiro do contexto social mais geral onde a interação se realiza e, em seguida, das particularidades mais específicas ou *ad hoc* deste contexto, por ex.: propriedades reais dos participantes do discurso.

O contexto social geral é caracterizado pelo autor em privado, público, institucional/formal e informal, cada um deles obedece a algumas definições como: posições, propriedades, relações e funções. São também organizados por *frames* (sociais), que regulam as ações que devem ser praticadas pelos membros que participam de uma interação. Assim, espera-se do produtor do discurso atos/ações de fala relacionados.

De forma geral, segundo essa vertente teórica, os discursos são produtos de uma interação social, cujos significados dependem de um contexto de produção e, por isso, podemos considerá-los, enquanto forma de representação lingüística, produto de experiências individuais do falante, regulado pelo meio social no qual está inserido.

Outros autores, também preocupados com o estudo do processamento cognitivo do discurso, dedicaram-se ao estudo dos modelos cognitivos globais. Koch e Travaglia (2000:63), os definem como “blocos completos de conhecimentos relativos a conceitos intensamente utilizados na interação humana. São estruturas cognitivas que organizam nosso conhecimento convencional de mundo em conjuntos bem interligados”.

Nesses modelos cognitivos globais estão os *frames* e *scripts*, cujos estudos foram propostos pela Inteligência Artificial e os *cenários*, *esquemas* e *modelos mentais*, estudados pela Psicologia da Cognição.

Beaugrande & Dressler (1981) também contribuem para os estudos do conhecimento armazenado na memória e definem *frame* como modelos globais que contêm o conhecimento de senso comum sobre um conceito central.

Nesse sentido, os *frames* remetem a todos os elementos que compõem uma situação, independente de uma seqüência lógica ou temporal. Como exemplo, o autor cita a celebração do Natal que nos remete aos conhecimentos sobre o nascimento de Cristo, ceia, presentes, árvore de Natal, a figura do Papai Noel.

1.4.1 — A constituição das representações cognitivas

O estudo do discurso se deu a partir da década de 70. Até então, eram consideradas, no estudo da língua, apenas as unidades lingüísticas, independente de seu contexto de uso. Os estudos lingüísticos não ultrapassavam os limites das frases nas quais essas unidades estavam inseridas.

Nessa época, van Dijk, um dos pioneiros no estudo da Lingüística de Texto, propõe como objeto empírico das teorias lingüísticas o estudo efetivo da língua. Com essa visão, o pesquisador adota um modelo mais dinâmico para a análise e compreensão do discurso.

Esse novo direcionamento dado aos estudos da linguagem despertou o interesse da Sociolingüística pelos estudos da variação social no uso da língua à medida que privilegiava uma análise mais ampla dos eventos comunicativos. Por conseguinte, outras disciplinas das Ciências Sociais como a Antropologia, a Etnografia e, mais tarde, a Psicologia, também voltaram suas atenções para o estudo das interações conversacionais.

Dessa forma, o interesse pelos estudos da fala espontânea e das interações cotidianas ampliou os estudos do discurso, que passou, então, a ser um campo interdisciplinar independente.

Na mesma época, também contribuíram para o desenvolvimento de um modelo cognitivo de compreensão do discurso dois fatores importantes: o interesse pela memória semântica e o reconhecimento, pela Psicologia Educacional, de que a aprendizagem acontece com base em textos.

Vale ressaltar que essas mudanças também ocorreram no campo da Inteligência Artificial, pois, para a compreensão da linguagem simulada por computador, era necessário o desenvolvimento de certos programas que fizessem o processamento dos textos.

O conhecimento de mundo passou, então, a ser utilizado na compreensão dos textos. Para as representações desse conhecimento foram atribuídos nomes como *esquema*, *cenário*, *frame* e *script*.

Para criar seu modelo cognitivo para a compreensão do discurso, van Dijk baseou-se em alguns pressupostos como o construtivista e o interpretativo.

No primeiro caso, o autor (2000:14) defende que tanto as pessoas que presenciaram determinado fato quanto aquelas que apenas ouviram o relato desse mesmo fato são capazes de construir representações mentais acerca dele. Essas representações são construídas a partir de informações visuais e/ou lingüísticas.

Essas pessoas, a partir de seus conhecimentos de mundo, darão uma interpretação para o fato, construindo, assim, significados para ele. Essas proposições constituem o segundo pressuposto do modelo, o interpretativo, que está relacionado ao aspecto semântico do discurso.

A construção das representações mentais, assim como o significado atribuído a elas, ocorre simultaneamente ao processamento da informação. A esse processo, o autor, fazendo uso da linguagem do computador, denominou pressuposição *on line*.

Outro pressuposto, a conjectura preposicional, baseia-se nos conhecimentos prévios da pessoa para a compreensão dos fatos e construção de uma representação mental significativa. Nesse caso, para que o processo de interpretação se efetive, considera-se necessária a ativação de informações mais gerais sobre os fatos, bem como de informações cognitivas que são relacionadas às crenças, opiniões ou atitudes.

Por isso, van Dijk (2000:15) afirma que “compreender envolve não somente o processamento e interpretação de informações exteriores, mas também a ativação e uso de informações internas e cognitivas”.

Informações sobre os próprios acontecimentos, sobre a situação ou sobre o contexto, além de informações das pressuposições cognitivas são elementos que o leitor irá ativar e combinar para a construção da representação mental dos fatos, visto que eles não ocorrem isolados de uma dada situação, mas, sim, dentro de situações ou contextos sociais complexos que fazem com que os leitores estabeleçam relação desses fatos com a situação em que ocorreram.

Podemos, assim, dizer que o processamento do discurso e a representação mental que é construída a partir dele são processos complexos que exigem dos indivíduos a utilização de informações externas e internas.

No processamento do discurso, estão envolvidos tanto os fatores cognitivos quanto os contextuais e estes interagem entre si, pois, no processo de comunicação, os usuários da língua procuram entender não só o texto, mas também o contexto do qual faz parte.

Há, também, neste processo, todo um jogo de intenções inseridas no discurso, que, dependendo do contexto enunciativo, determinam um tipo de ação social do produtor do texto sobre o leitor e também podem ter a função de nortear a compreensão e, dessa forma, o contexto determina essa compreensão, visto que há lugares específicos apropriados para cada ato de fala.

O processo de compreensão é, de acordo com van Dijk (2000:19), um processo amplo, e envolve, não só a construção de representações, mas todo um processo interacional entre os interlocutores de uma situação comunicativa. Em situação de leitura, esse processo se completa quando o leitor participa ativamente, interpretando e construindo sentidos para o texto.

Nesse processo são considerados os diferentes tipos de discurso e as diferenças entre os usuários da língua. Os discursos abrangem a participação em uma conversação, a leitura rápida de um jornal, a realização de uma conferência, a leitura de um livro ou texto e, até mesmo, a preparação de um boletim de ocorrência policial.

E, por sua vez, os usuários da língua são marcados por diferenças que influenciam na compreensão do discurso. São consideradas diferenças de: idade, crianças ou adultos; gênero, masculino ou feminino; escolaridade, em grau menor ou maior; também as diferenças que há entre aqueles que ocupam diferentes papéis sociais e possuem conhecimentos, crenças e opiniões diferentes.

Em síntese, um processo de compreensão envolve os diferentes tipos de discurso, as diferentes situações nas quais os discursos estão envolvidos e os diferentes usuários da língua que dele participam (cf. van Dijk, 2000:21).

De acordo com o modelo apresentado por van Dijk (op.cit.:22), o processamento do discurso parte, de forma gradativa, das unidades de palavras para unidades de temas gerais de macroestruturas, ou seja, da compreensão de palavras para a compreensão destas dentro de sentenças simples ou complexas nas quais exercem funções específicas.

Para o autor (op.cit.:22) “a compreensão de uma palavra em uma oração dependerá de sua estrutura funcional enquanto um todo, tanto no nível sintático quanto no nível semântico”.

Como apontado por ele, no processo de compreensão, as características textuais não são as únicas responsáveis pela construção do sentido de um texto;

as características pessoais do usuário da língua são igualmente importantes, visto que cada indivíduo possui conhecimento do mundo e objetivos próprios que contribuem para a construção de um significado mais próximo aos seus interesses.

Dessa forma, o conhecimento do mundo é tido como resultado de experiências prévias que permitem ao usuário da língua atualizar e construir modelos de situação em sua memória episódica. Esses modelos fornecem aos usuários conhecimento de bases textuais que serão os referentes no processo de interpretação do discurso.

Essas bases textuais, por satisfazerem um número mínimo de critérios textuais, como os de coerência local e global, funcionam como marcos de representação da memória episódica e servem como ponto de partida para a ativação e atualização do modelo situacional. Assim, a representação que se cria a partir da interpretação do discurso é uma combinação do que já existe na memória episódica com as informações e implicaturas do texto.

Considerações Finais

Neste capítulo, buscamos subsídios na Linguística Textual para que pudéssemos apresentar os conceitos de linguagem, texto e interação e, a partir desses conceitos, explorar os elementos que sustentarão nossa análise. Diante das considerações apresentadas, vimos que esses conceitos estão inter-relacionados, pois, atualmente, o estudo da linguagem e do texto não é dissociado do estudo da interação.

Nosso estudo permitiu observar que o texto é uma tessitura de aspectos sintático-cognitivo-conceitual e pragmático. Nesse sentido, pudemos constatar

que ele não é produto da abstração dos indivíduos, pelo contrário, é resultado das experiências lingüísticas, comunicativas e cognitivas desses mesmos indivíduos.

Essas experiências dos sujeitos-produtores de textos resultam em uma série de estratégias das quais se utilizam no momento da produção. Essas estratégias atingem o leitor que também é possuidor de experiências a que denominamos “conhecimento de mundo” que o tornam apto a perceber as marcas textuais deixadas pelo produtor e a utilizá-las de modo que elas possam contribuir para sua compreensão e, conseqüentemente, com sua interação com o texto.

CAPÍTULO 2 – A estrutura do texto dissertativo-argumentativo

Considerações iniciais

No capítulo precedente, tratamos o texto como um ato de comunicação que se constitui no complexo universo das ações humanas. A compreensão de um texto, portanto, exige competência textual e também competência comunicativa, já que o texto não é apenas um somatório de frases, mas sim uma tessitura de aspectos sintático-cognitivo-conceitual e pragmático.

Na dimensão comunicativa, o texto é representado pela estrutura de superfície lingüística (palavras e frases enunciadas) e apresenta, para sua manifestação verbal, uma organização interna, co-textual, e uma discursiva externa, contextual, o que implica considerar que um discurso não é construído em abstrato, mas está sempre relacionado a uma situação particular.

Na dimensão cognitiva, o conteúdo semântico proposicional — o texto-processo — resulta do processamento cognitivo que articula o sistema lingüístico do texto-produto com o sistema cognitivo do leitor, de modo a produzir proposições que são, portanto, de natureza semântica. Segundo o modelo teórico de van Dijk (1978), esse processamento cognitivo se define, hierarquicamente, por macroestrutura e microestrutura. Enquanto a microestrutura diz respeito às seqüências lingüísticas, a macroestrutura constitui o conjunto de macro-proposições.

Além da micro e macroestrutura, van Dijk, em seu modelo teórico de processamento cognitivo informacional, apresenta também a superestrutura, que formaliza os discursos típicos. Conforme o autor, a superestrutura constitui um esquema textual que é adotado numa sociedade e convencionado por ela, e que se define por categorias e regras de operação. Trata-se, pois, de um esquema interacional, segundo o qual as pessoas formalizam o texto-produto, dependendo

do tipo de prática social. A diversidade de práticas sociais discursivas faz resultar os diferentes tipos de textos, cada qual relativo a uma prática específica de discurso.

Diante dessas considerações, estudaremos, no presente capítulo, o tipo dissertativo-argumentativo, destacando a relação da macro e microestrutura entrelaçadas na superestrutura citada, pois acreditamos que tais conhecimentos favorecem a interação entre texto escrito e leitor, propiciando a compreensão do objeto lido.

2.1 — As superestruturas textuais

A superestrutura é denominada por van Dijk (1978) como a estrutura global que caracteriza o tipo de texto. O conceito de superestrutura de van Dijk caracteriza-se por categorias vazias de caráter abstrato que são preenchidas por proposições para formar o texto. Estas categorias vazias são denominadas macrocategorias. Como elemento formal, auxiliam a distinção entre os vários textos de uma mesma classe. A macroestrutura, de natureza abstrata, pode ser verbalizada por meio de uma macroproposição resumitiva do texto, resgatando-o como um todo. A microestrutura, por sua vez, situa-se no nível local ou da sentença, enquanto a macro e a superestrutura relacionam-se ao nível global.

Os textos diferenciam-se entre si não só por suas diferentes funções comunicativas e sociais, mas também pelos diversos tipos de construção: superestruturas, ou seja, as estruturas globais, também denominadas esquemas, que caracterizam os diferentes tipos de texto (cf. van Dijk, 2000). Os vários tipos de texto têm uma organização esquemática convencional, que os usuários da linguagem aprendem durante a socialização.

Na percepção do autor, as superestruturas apresentam duas características básicas: funcionam como arcabouços ou esquemas vazios de conteúdos, que só são preenchidos quando de sua realização concreta; não são esquemas rígidos, isto é, não exigem a realização de todas as categorias.

Assim, as superestruturas são esquemas vazios, nos quais as informações que compõem a macroestrutura, considerada por van Dijk (1978) o conteúdo semântico de um texto são organizadas. Essa organização é feita obedecendo a categorias e regras de ordenação que foram convencionadas na e pela sociedade, por isso fazem parte do universo de conhecimento dos indivíduos.

Desse modo, fazendo uso do exemplo já citado, os leitores são capazes de verificar a diferença existente entre a estrutura de um texto narrativo, no qual são relatados os detalhes de um roubo e a estrutura de um informe policial que trata desse mesmo roubo. Apesar de conter as mesmas informações, de um modo geral, as duas estruturas apresentadas possuem características próprias e formas particulares de organizar as informações.

São, portanto, as superestruturas que caracterizam os tipos de texto, e os diversos tipos textuais existentes são selecionados pelos usuários de uma língua de acordo com a situação comunicativa e a função social a que o texto se destina, uma vez que “as superestruturas impõem certas limitações ao conteúdo de um texto” (van Dijk, 1978:142).

Segundo o autor,

As superestruturas não só permitem reconhecer outra estrutura mas, especialmente, aquelas que determinam a ordem (a coordenação) global das partes do texto. Assim resulta que a própria superestrutura deve compor-se por determinadas

unidades de uma categoria determinada que estão vinculadas com essas partes do texto previamente ordenadas (op.cit.:143).

Van Dijk (1978) atribui à superestrutura o caráter formal e o caráter convencional:

- Formal — à medida em que é descrita como uma espécie de esquema ao qual o texto se adapta. Isso permite ao leitor reconhecer o tipo de texto e também sobre o que ele trata;
- Convencional — à medida em que é reconhecida pela maioria dos falantes e utilizada conforme as diferentes situações comunicativas em que esses falantes participam em uma sociedade.

O caráter convencional, explicitado acima, se caracteriza pelo reconhecimento e pela utilização das diferentes superestruturas por parte dos falantes de uma comunidade lingüística. Desse modo, o reconhecimento e, conseqüentemente, a utilização desses esquemas somente é possível se os falantes os conhecerem e, para isso, é necessário que esses indivíduos sejam expostos às variedades existentes.

No entanto, nem sempre isso ocorre, pois podem existir comunidades que, por serem formadas por técnicos, possuam dificuldades em reconhecer ou, até mesmo, não reconheçam outras estruturas textuais como, por exemplo, a literária.

Baseadas nessas considerações, entendemos que a superestrutura é responsável por estabelecer determinada ordem em um texto, obedecendo à regras convencionadas pela estrutura da língua. Essas regras permitem uma

grande possibilidade de combinações e estabelecem se determinadas combinações são ou não aceitas em um esquema textual.

Van Dijk (1978:146) ainda atribui um caráter abstrato às superestruturas. Essa manifestação ocorre de maneira indireta por pertencer a sistemas secundários da língua, uma vez que, para sua descrição, encontramos certas limitações que não são baseadas apenas na estrutura gramatical.

Considerando o fato de essas estruturas serem convencionais, admite-se, então, que o reconhecimento das superestruturas textuais contribui para o processo de compreensão dos textos e, por sua vez, auxilia no processo de produção.

Essa organização, segundo a qual o texto obedece, assim como a exposição dos indivíduos aos diferentes tipos textuais são meios importantes que muito contribuem para a leitura dos diversos tipos de textos presentes no cotidiano.

Nesse sentido, van Dijk (1980) defende que a organização textual permite ao leitor reconhecer não só a superestrutura dos textos, como também a sua macroestrutura. O reconhecimento desses esquemas textuais também contribui para o processo de compreensão do texto.

Diante do exposto, podemos afirmar que a teoria das superestruturas textuais propõe a discussão de noções estruturais e funcionais dos textos. Tal estudo favorece ao ensino de técnicas textuais, haja vista que o conhecimento da estrutura do texto fornece uma “moldura” para se formar uma macroestrutura, o que pode reduzir a sobrecarga na memória operacional e prevenir a troca entre

armazenagem e computação das relações e, conseqüentemente, perda de informação.

Nesse aspecto, a teoria das superestruturas adquire relevância para o estudo do texto dissertativo-argumentativo, na medida em que a superestrutura funciona como um guia que permite identificar corretamente dados e proposições, e eleger as rotinas produtivas apropriadas para uma situação e um contexto dados, propiciando a interação entre texto e leitor e entre produtor e texto.

2.1.1 — Os diferentes tipos de superestruturas

Como vimos, as superestruturas são esquemas globais abstratos que orientam tanto a produção quanto a leitura dos textos. Para dar conta das especificidades de cada discurso, existem diferentes tipos de superestruturas que também permitem ao usuário, da língua dar nome aos diversos tipos de textos de uma sociedade.

Graças às diferentes superestruturas, pode-se distinguir uma narração, um texto publicitário, um poema, uma argumentação e, até mesmo, uma conferência.

Van Dijk (1978:147) assevera que as superestruturas específicas impõem limitações ao formato dos textos. Nesse sentido, não deixando de considerar que há textos cuja mensagem é transmitida por meio de uma única frase coerente, o autor defende que, geralmente, os textos são formados por mais de uma proposição.

Essas proposições são ordenadas de acordo com as categorias do esquema específico do texto, seja em uma narração, em um texto em que as seqüências são tipicamente argumentativas ou em outros tipos de texto cuja estrutura é estabelecida institucionalmente. Van Dijk ressalta o caso dos rituais religiosos, das leis, dos contratos e de certos documentos.

Diante do exposto, o autor (1978:148) distingue as superestruturas em bases funcionais e formais. Segundo as bases funcionais, as superestruturas são classificadas de acordo com:

- o sistema primário, ao qual pertencem as regras de ordenação das estruturas de uma língua (gramática);
- o sistema métrico, que se baseia na teoria da versificação. Esse sistema manifesta-se, segundo o autor, principalmente nas estruturas fonológica/morfológica/léxica e, em menor grau, na estrutura sintática de um texto;
- a estrutura pragmática de um texto ou de uma conversação, em que a argumentação ocorre em uma seqüência de atos de fala.

E, segundo as bases formais, elas são consideradas de acordo com as regras dos diferentes sistemas, como as regras e categorias internas de cada discurso.

As funções de um texto em uma sociedade, assim como o efeito que ele exerce em um grupo social, são importantes para diferenciar as superestruturas, uma vez que elas determinam a função específica de um texto. Assim, um mesmo conteúdo pode ser comunicado por meio de diferentes tipos textuais de acordo com a situação comunicativa.

Isso significa que um acontecimento como, por exemplo, um roubo, pode ser comunicado por meio de um boletim policial, de uma narração dirigida ao público em geral, ou de uma declaração que pode ser dirigida a uma empresa de seguros. Estes tipos textuais veiculam as mesmas informações, mas, por pertencerem a contextos distintos e possuírem funções sociais diferentes, cada um deles organiza a informação de modo diferente do outro.

Por isso, muitos foram os autores que se dedicaram ao estudo da tipologia de texto. Destacamos, em nossa pesquisa, as considerações apresentadas por Fávero & Koch (1987).

As autoras traçam algumas considerações entre os tipos de texto, por meio de comparação entre eles. Para isso, estabelecem critérios para compará-los, bem como atribuem relevo aos esquemas conceituais-cognitivos, às características formais e convencionais e aos meios lingüísticos que, em dada situação de enunciação, são utilizados pelos interlocutores para realizar suas intenções comunicativas.

Desse modo, as autoras apresentam alguns critérios para o estabelecimento de uma tipologia textual. Segundo elas, a comparação ou diferenciação dos textos apresentam três dimensões interdependentes:

- a) dimensão pragmática, que diz respeito aos macroatos de fala (cf. van Dijk, 1978) que o texto realiza e aos diversos modos de atualização em situações comunicativas;
- b) dimensão esquemática global, ou seja, os modelos cognitivos ou esquemas formais, culturalmente adquiridos (cf. superestruturas de van Dijk);

- c) dimensão lingüística de superfície, isto é, as marcas (sintático/ semânticas) encontradas no texto que facilitam ao alocutário o esforço de compreensão, permitindo-lhe formular, a partir delas, hipóteses sobre o tipo de texto.

Assim, admite-se a existência de diferentes tipos de texto. Essa diversidade textual é, portanto, responsável por atender às diversas situações comunicativas existentes em uma sociedade.

2.2 — As macroestruturas textuais

Dos três níveis do texto propostos por van Dijk (1978), o nível macroestrutural será tratado neste momento. Essa parte textual, também chamada de nível global do texto, diz respeito às unidades textuais maiores, cuja formação ocorre de acordo com a organização linear de seqüências menores, que, por sua vez, devem satisfazer as condições de coesão e de coerência para que o sentido do texto não seja comprometido.

Nesse aspecto, uma macroestrutura é um conjunto de proposições que resumem o texto dando-lhe uma estrutura. Para um texto, há várias macroestruturas que correspondem a diferentes níveis de generalidade e que são, portanto, hierarquizadas. As proposições que entram na macroestrutura são chamadas macroproposições. A construção das macroproposições é feita a partir de duas operações: a condensação, que é realizada pela aplicação de três regras, e a avaliação da pertinência. No artigo de van Dijk (1978), a macroestrutura é construída após a leitura do texto. Na revisão que fez (van Dijk e Kintsch, 1983), esta construção é feita desde a leitura.

Seguindo este princípio organizador, podemos dizer que as macroestruturas são de natureza semântica. Esse termo é utilizado por van Dijk

para conceituar as noções de tema ou assunto do discurso. As macroestruturas semânticas constituem, desse modo, a representação formal do conteúdo de um texto e dão conta do conteúdo global do discurso, pois são construídas a partir do sentido das orações. Para o autor, “o significado do todo deve especificar-se em termos dos significados das partes” (cf. van Dijk, 1980:45).

Para serem constituídas, as macroestruturas seguem determinadas regras que van Dijk (op.cit.:47) denomina macro-regras. Essas macro-regras possuem natureza organizadora e são responsáveis por transformar ou reduzir uma sentença maior ou várias seqüências de texto a uma única sentença menor, a que chamamos macroproposição. Esta redução de informação semântica é necessária para a compreensão e a reprodução dos discursos (cf. van Dijk, 1980:48).

Desse modo, as macroestruturas são formadas de acordo com os procedimentos de:

- omissão;
- seleção;
- generalização;
- construção ou integração.

Os dois primeiros procedimentos apresentados por van Dijk (1978) para a formação da macroestrutura consistem no processo de anulação de informações do texto, enquanto os dois últimos dizem respeito ao processo de substituição de informação.

Como já foi dito, o primeiro procedimento, bastante comum, resulta da omissão de informações que possuem pouca importância, ou seja, segundo este princípio, pode-se formar a macroestrutura eliminando as proposições que não

comprometam o sentido geral da proposição e, por conseguinte, a interpretação das proposições seguintes.

O segundo procedimento, o de selecionar informações para a composição da macroestrutura, também está, de certa forma, baseado na omissão de informações. Nesse caso, selecionam-se as principais informações que indicam determinada ação e as informações omitidas são aquelas que estabelecem condições para que esta ação aconteça.

Desse modo, ao contrário do primeiro procedimento, em que as informações omitidas se perdem, no segundo elas adquirem caráter de pressuposição e podem ser recuperadas, uma vez que elas implicam os conhecimentos gerais dos indivíduos a respeito de algumas situações. É de acordo com esse conhecimento de mundo que essas macro-regras são selecionadas para compor a macroestrutura de um tipo de texto.

A generalização, por sua vez, consiste na substituição de palavras específicas de um dado contexto por uma mais geral. Mesmo nesse caso, van Dijk ressalta uma condição: “não se tomam conceitos gerais arbitrariamente” (cf. op. cit., 1980: 50).

Finalmente, no procedimento de construção, as informações não são omitidas nem selecionadas; são construídas a partir de palavras mais específicas de uma dada situação por uma de conceito mais geral que englobe determinado conjunto de ação específica.

Assim, determinadas informações implícitas a respeito de uma ação podem ser construídas pelo leitor a partir da informação mais geral que o texto apresenta. A construção das macroproposições, tendo por base esse

procedimento, só é possível devido à relação inerente que essas informações possuem entre si.

É importante ressaltar que dados considerados importantes para compor a macroestrutura de um tipo de texto podem não ser os mesmos em outro tipo, mesmo que ambos abordem o mesmo assunto, pois, como vimos, há diversas regras que o leitor pode se utilizar para constituir a macroestrutura de um texto. Essa constituição dependerá não só das informações semânticas do texto, mas, principalmente, do conhecimento de mundo, dos desejos e dos objetivos do leitor (cf. van Dijk, 1978:63).

Nesses casos, é o conhecimento de mundo que faz com que o leitor saiba que as informações selecionadas para o resumo de um relato de uma situação como, por exemplo, de um assalto, são diferentes daquelas selecionadas para o resumo do informe policial deste assalto.

Van Dijk ainda ressalta que

devemos prestar atenção a uma limitação importante da aplicação das macro-regras. Para ter um caráter geral como princípios de organização e redução global da informação pode se aplicar de diferentes maneiras para distintos tipos de texto e em distintos contextos pragmáticos (op.cit.:64).

O autor (2000:131-2) também observa que não há apenas um tópico ou sumário possível de um texto, mas vários:

A sumarização pode ocorrer em um contínuo, desde deixar de lado apenas alguns detalhes menos essenciais, em um dos extremos, até deixar de fora toda a informação exceto a mais relevante ou essencial, no outro extremo [...] mas a sumarização não é apenas uma forma de apagamento. Pode envolver também generalização [...] por fim, pode ocorrer abstração também pela substituição de uma

seqüência do texto, que descreva, por exemplo, uma seqüência de ações, por um conceito singular (proposição) que não necessita estar expresso no texto.

Os usuários da língua são capazes de resumir complexas unidades de informação em uma ou duas sentenças que exprimem o ponto principal, o tema ou tópico da informação. A capacidade de resumir textos, segundo Brown e Day (1983), é indicativa da competência discursiva do leitor-resumidor, uma vez que o sucesso deste na utilização das diversas regras de redução semântica depende crucialmente da sua capacidade de avaliar as informações do texto em termos da sua estrutura global. Isto porque uma determinada informação é tida como trivial, redundante ou importante, em relação ao quadro referencial total e não apenas no nível de parágrafo e sentença.

Van Dijk (2000) observa que tema e esquema, ou macroestrutura e superestrutura, estão inter-relacionados, pois as superestruturas esquemáticas organizam as macroestruturas temáticas, da mesma forma que a sintaxe contribui para organizar o sentido de uma sentença. Vale frisar, no entanto, que a(s) superestrutura(s) realiza(m)-se independente da(s) macroesturura(s) que a(s) preenche(m). Em outras palavras, um mesmo conteúdo pode estar presente em diversos esquemas textuais.

Por fim, a macroestrutura é formada pelo que é mais relevante, importante ou proeminente na informação semântica do discurso como um todo. Afirma van Dijk que as macroestruturas lidam com sentido e referência e não, por exemplo, com a forma sintática, mecanismos estilísticos ou retóricos.

Diante dessas considerações, passamos ao estudo da superestrutura e da macroestrutura do texto dissertativo-argumentativo, para, então,

compreendermos sua microestrutura, atendo-nos em alguns recursos lingüísticos de interação dessa tipologia textual.

2.3 — O texto dissertativo na tipologia textual

Considerando as dimensões pragmática, esquemática global e lingüística de superfície, Fávero & Koch (1987) estabelecem alguns limites para os diferentes tipos de texto de nossa literatura. Dentre eles, o dissertativo, que é classificado como expositivo ou explicativo e como argumentativo *stricto sensu*. Passamos, então, a tratar apenas do tipo dissertativo-argumentativo, uma vez que este constitui nosso corpus.

Segundo as autoras (op.cit.:07), o texto argumentativo *stricto sensu* possui os seguintes limites:

a) dimensão pragmática:

macro-ato: convencer, persuadir

atitude comunicativa: fazer crer/fazer fazer

atualização em situações comunicativas:

textos publicitários, propagandísticos, peças judiciárias, matérias opinativas etc.

b) dimensão esquemática global:

superestrutura argumentativa: ordenação ideológica dos argumentos e contra-argumentos.

- categorias: (tese anterior) premissas – argumentos – (contra-argumentos) – (síntese) – conclusão (nova-tese)

c) dimensão lingüística de superfície

marcas: modalizadores, verbos introdutórios de opinião, operadores argumentativos, metáforas temporais, recurso à autoridade etc.

É importante salientar que as autoras consideram que a argumentatividade é um recurso lingüístico presente em todos os tipos de texto em maior ou menor grau. No entanto, para elas é no texto argumentativo, denominado *stricto-sensu*, que a argumentatividade aparece de forma explícita e em maior grau do que nos outros tipos de texto.

A organização do texto dissertativo também foi objeto de estudo de Siqueira (1994, 1995). Em seu estudo sobre a tipologização do discurso, este autor trata o texto como “uma unidade significativa que estabelece uma interação comunicativa” (cf. Siqueira, 1994:67) e assevera a necessidade de adequação dos aspectos cognitivos, lingüísticos, discursivos e pragmáticos, para que haja interação, assim como a sintonia entre o universo comunicativo dos sujeitos envolvidos na interação.

Nesse sentido, a interação do homem com o mundo se dá por um procedimento avaliativo que está presente em todos os tipos de texto, uma vez que os referentes textuais assumem uma condição de verdade propiciada no e pelo texto de acordo com a postura intencional, na qual é projetada a expectativa do produtor em relação ao leitor.

Desse modo, segundo Siqueira (1994:67-8), o sujeito-produtor cria, a partir de seu conhecimento e de suas expectativas, um auditório ideal capaz de aceitar a condição de verdade estabelecida por ele em seu discurso. No entanto, os textos são apreciados por um auditório real, também possuidor de conhecimentos e expectativas e, por isso, essas condições de verdade veiculadas pelo texto poderão ou não ser aceitas, segundo os critérios avaliativos do referente do texto.

Segundo Siqueira (op.cit.:68),

a avaliação traz para o sujeito um estímulo e a intencionalidade marca o tipo de texto que mais se adequa ao enunciatário que se pretende atingir. Portanto, todo texto se expande a partir de uma avaliação que topicaliza sua superestrutura.

Desse modo, a superestrutura é, para Siqueira, a responsável pela formalização de textos típicos e atípicos. O autor considera típicos os textos cuja superestrutura é estabelecida, o que faz com que esses textos possam ser previamente esquematizados, uma vez que obedecem a determinadas regras convencionais de formação. Ao contrário destes, os textos atípicos não obedecem a uma superestrutura estabelecida e, por isso, não correspondem às situações previstas em um contexto social.

Assim sendo, o texto dissertativo é considerado um texto típico no sentido de que ele possui uma estrutura esquematicamente prevista, independente de seu conteúdo semântico. Esse tipo de texto é caracterizado por um procedimento avaliativo que leva os sujeitos a formularem uma opinião. Segundo Siqueira (1994:71), a estrutura do texto dissertativo.

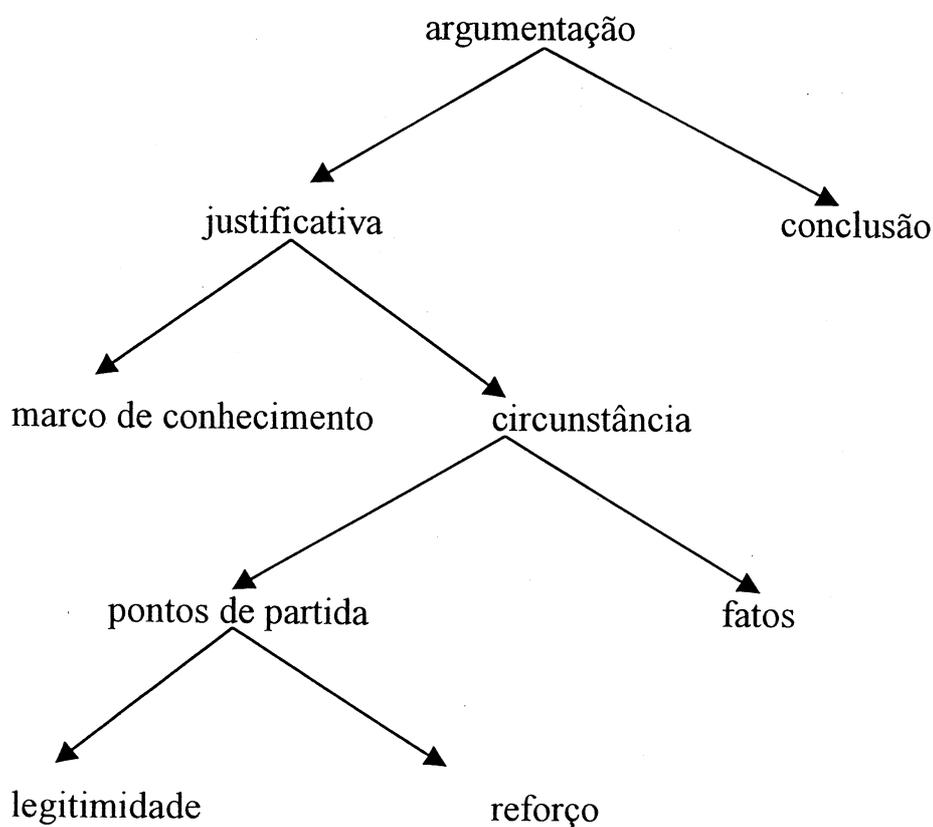
se define pelas categorias: uma ancoragem, que serve de base para a opinião formulada; a apresentação da opinião formulada; os argumentos que fundamentam e dão consistência à opinião formulada; uma conclusão que pretende alterar o ponto de vista do leitor, frente aos argumentos arrolados.

Os discursos argumentativos, portanto, são um meio pelo qual grande parte das relações sociais são expressas. Os argumentos distinguem as regras e os valores assumidos não só pelo produtor do texto, mas também pelos grupos sociais para os quais o texto foi produzido. Assim, pode-se dizer que eles orientam o comportamento dos indivíduos que fazem parte da situação comunicativa.

Van Dijk (1978) também dedica-se ao estudo da estrutura do texto argumentativo. Este autor considera a hipótese e a conclusão como elementos convencionais básicos desta estrutura, visto que essas duas categorias fazem parte tanto de construções lingüísticas mais formais, como de estruturas mais simples encontradas na linguagem cotidiana.

Entretanto, a análise do texto argumentativo vai, segundo van Dijk (op.cit.:159), além destas duas categorias, uma vez que a categoria hipótese, na qual estão contidas as premissas, por sua vez, divide-se em categorias distintas. Neste caso, o autor faz uma comparação com a doutrina clássica da argumentação, que se distinguia em “premissa maior” e “premissa menor”, e ressalta que estas categorias podem estar implícitas no texto.

Com base nesses pressupostos, Dijk (1978) apresenta o seguinte esquema para a superestrutura do texto dissertativo-argumentativo:



Como podemos perceber, o autor demonstra que existe uma relação de dependência entre as partes da estrutura do texto argumentativo. Para o autor (op.cit.:159), “se deseja-se explicar a estrutura argumentativa, deve existir uma base para a relação semântica condicional entre as circunstâncias em que se baseiam a conclusão”.

A partir do esquema proposto por van Dijk, observamos que a argumentação é a base de um texto dissertativo. A argumentação é, desse modo, vista como um recurso que propicia a atuação de um indivíduo sobre outro; é por meio dela que procuramos convencer ou persuadir nosso interlocutor de modo que nosso ponto de vista seja aceito.

Como se pode perceber, o texto dissertativo possui estreita relação com a argumentação, por isso muitos estudiosos da linguagem vinculam o estudo da dissertação ao estudo da argumentação que se faz presente no texto por meio de algumas marcas lingüísticas, denominadas operadores argumentativos, os quais passaremos a explicitar.

2.4 — A microestrutura do texto dissertativo-argumentativo

Fávero & Koch (1987), ao proporem limites para o texto argumentativo *stricto sensu*, apresentam algumas dimensões, já citadas em nosso trabalho, para os textos. Dentre elas, está a dimensão lingüística de superfície, a qual passaremos a explorar.

Essa dimensão é formada por marcas que caracterizam a microestrutura do texto argumentativo e, portanto, permitem ao leitor não só a compreensão do texto, mas também a interação com ele, uma vez que essas marcas permitem que o leitor formule, a partir delas, hipóteses sobre o texto.

Como vimos, as autoras destacam, entre outras marcas dessa dimensão textual, os modalizadores e os operadores argumentativos. Cada um dos elementos citados acima possui marcas lingüísticas que permitem identificar a orientação argumentativa dos enunciados, indicando o sentido do texto. Passamos, então, a explorá-los.

2.4.1 — As modalidades e os modalizadores

As modalidades do discurso são estudadas, nesta pesquisa, do ponto de vista da lingüística pragmática, com base nos estudos de Koch (1998 e 1999). Segundo a autora, o locutor apresenta o seu posicionamento em relação ao enunciado produzido por meio de atos ilocutórios de lexicalização que se expressam por meio de elementos lexicais, denominados operadores modais. Tal posicionamento é um dos indicadores de interação entre os interlocutores.

O estudo referente à modalidade remonta à lógica clássica, que permeia toda a semântica moderna. As modalidades *aléticas* são as mais importantes para os lógicos, uma vez que se referem à verdade do conteúdo das proposições. A seguir, aparecem as determinações ligadas ao saber e ao dever, chamadas respectivamente *epistêmicas* e *deônticas*.

O estudo das modalidades lógicas é feito por meio de operadores lógicos, como *é possível*, *é necessário* etc., que imprimem um caráter unívoco quando interpretados. Esses operadores têm caracteres iguais aos dos cálculos matemáticos, dada a precisão no conteúdo informativo. De maneira contrária, está a modalidade lingüística, que trabalha com o caráter polissêmico das línguas naturais, razão por que as palavras equivalentes aos operadores modais não podem ser usadas como seus sinônimos, mas como sinônimos aproximados.

As marcas de modalização permitem que se estabeleçam relações entre os enunciados de um texto e, a partir delas, depreende-se a importância pragmática e argumentativa dos textos. Por meio delas, pode-se traduzir, no texto, alguns comentários ou avaliações a respeito dos elementos do seu conteúdo.

Koch (1999) considera essas marcas parte da atividade ilocucionária, já que revelam a atitude do falante perante o enunciado que produz (cf. op.cit.:75). Baseada em Parret (1976), a autora afirma que

elas constituem atos ilocucionários constitutivos da significação dos enunciados, sendo motivadas pelo jogo da produção e do reconhecimento das intenções do falante e, como os demais atos de linguagem, classificadas e convencionalizadas.

Nesse sentido, por se constituírem em atos ilocucionários, pode-se atribuir às marcas de modalização o caráter argumentativo. Desse modo, a autora considera três principais modalidades e as relaciona com os três tipos de frases. Sendo assim, a modalidade deôntica é relacionada à frase imperativa; a modalidade epistêmica, à frase interrogativa e a modalidade alética, à frase assertiva.

A autora ressalta que as informações contextuais/pragmáticas são relevantes para a classificação dessas modalidades (cf. Koch 1999:96). Nesse sentido,

No eixo alético, verifica-se a verdade ou falsidade do conteúdo de uma proposição (semântica vero-condicional); no eixo epistêmico, revela-se a atitude de conhecimento do locutor, sua manifestação de crença em relação ao conteúdo veiculado (semântica das atitudes proposicionais); finalmente, no eixo deôntico, revela-se a força ilocucionária (por ex., quem ordena cria obrigações para o outro): tem-se aí, a semântica dos atos de linguagem.

Desse modo, ao se produzir um texto, as intenções do produtor são manifestadas nos enunciados por meio dos modalizadores que, por sua vez, assumem a forma de:

- performativos explícitos: eu ordeno, eu proíbo, eu prometo, etc;
- verbos auxiliares modais: poder, dever, querer, precisar, etc;
- predicados cristalizados: é certo, é preciso, é necessário, é provável, etc;
- advérbios modalizadores: provavelmente, certamente, necessariamente, possivelmente, etc;
- modos e tempos verbais: imperativo; certos empregos de subjuntivo; uso do futuro do pretérito com valor de probabilidade, hipótese, notícia não confirmada, uso do imperfeito do indicativo com valor de irrealidade, etc;
- verbos de atitude proposicional: eu creio, eu sei, eu duvido, eu acho, etc.

Cada uma das lexicalizações acima é índice de modalização que orienta o leitor a determinadas conclusões. Nesse sentido, independente do campo alético, epistêmico ou deôntico, elas permitem que o produtor se manifeste de modo autoritário no discurso ao apresentar seus argumentos de modo incontestável, fazendo uso das expressões: eu sei, portanto, é verdade, é certo, é impossível, é proibido, não pode haver dúvidas, é dever de todos, etc.

Há, também, indicadores de modalização que tornam o discurso indeterminado. Nesse caso, ele é baseado em expressões como: eu acho, portanto, é possível, que marcam o não comprometimento do produtor em relação àquilo de que se trata. Vale salientar que esse aspecto da modalização nem sempre é construído de modo natural, pois pode, também, caracterizar uma estratégia discursiva do produtor, que finge deixar ao seu leitor a possibilidade de acatar o que lhe é dirigido por meio de argumentos (cf. Koch, 1999:88).

Portanto, os índices de modalização são recursos argumentativos que formam a microestrutura do texto; eles permitem ao produtor se manifestar no

texto, aproximando-se ou distanciando-se do que assevera em seu enunciado. Desse modo, o produtor orienta a aceitação de seu discurso.

Além da modalização, outros elementos, como os operadores argumentativos, também constituem a microestrutura textual.

2.4.2 — Os operadores argumentativos

Denominam-se operadores argumentativos alguns elementos da gramática que têm por função mostrar a força argumentativa de um enunciado. Essa força argumentativa estabelecida por meio desses operadores é responsável pela construção do(s) sentido(s) do texto.

O funcionamento desses operadores foi analisado por Ducrot (1977). O autor utiliza os termos escala argumentativa e classe argumentativa para explicar o funcionamento desses operadores. Segundo ele, em um texto, pode haver um conjunto de enunciados que, utilizado como argumento, aponta para uma mesma conclusão. Esse conjunto de enunciados constitui a classe argumentativa.

A escala argumentativa, por sua vez, se constitui quando esses enunciados apresentam uma gradação de força crescente, sempre apontando para uma mesma conclusão. Nesse caso, a ordem dos argumentos que apontam para essa conclusão pode seguir ordem inversa, caso a conclusão seja negativa.

Dentre os operadores que compõem a escala argumentativa, destacam-se as expressões:

- até, mesmo, até mesmo, inclusive — Essas expressões assinalam o argumento mais forte para uma conclusão;

- ao menos, pelo menos, no mínimo — Expressões que assinalam o argumento mais fraco;
- e, também, nem, tanto...como, não só..., mas também, além de, além disso, etc. — A função dessas expressões é encadear elementos de duas ou mais escalas orientadas no mesmo sentido.
- Ainda — Esse advérbio, utilizado como operador argumentativo, pode exercer a função de marcador de excesso: temporal/não temporal e pode, também, ser utilizado para introduzir um argumento a favor de determinada conclusão.
- Já — Esse advérbio tem por finalidade argumentativa indicar a mudança de estado de algo em um contexto.
- Aliás, além do mais — Utilizadas para introduzir argumentos decisivos para uma determinada conclusão.
- mas, porém, contudo, embora, etc. — Essas expressões de sentido adversativo são utilizadas para orientar uma conclusão contrária àquilo que se introduziu no texto. Nesse sentido, apresentam-se proposições com orientações argumentativas opostas;
- isto é, quer dizer, ou seja, em outras palavras — Essas expressões explicativas têm como função esclarecer uma asserção feita anteriormente no texto. Apesar de trazer um esclarecimento, elas constituem-se em um argumento mais forte na orientação de uma determinada conclusão;

- tudo, todos, nada, nenhum — Expressões que orientam o discurso no sentido da afirmação total ou da negação total. Aditem-se, também, as expressões pouco e um pouco, nos sentidos de negação e afirmação, respectivamente.

Como pudemos observar, todos os operadores citados acima são elementos pertencentes à gramática da língua. Esses elementos, entre outros fatores, atribuem o caráter argumentativo à linguagem. Para Koch (1999:110),

“Torna-se, pois, necessário pôr em evidência, na descrição gramatical da língua, os paradigmas constituídos de elementos essencialmente argumentativo, elementos esses que, ao selecionarem enunciados capazes de constituírem a seqüência do discurso, são responsáveis pela sua orientação argumentativa global, no sentido de levarem o interlocutor a um determinado tipo de conclusão, em detrimento de outras”.

Assim sendo, a análise desses operadores ganha relevância nos estudos lingüísticos, pois “grande parte da força argumentativa do texto está na dependência dessas marcas, e o fato de se tentar minimizar a sua importância pode ser interpretado, até mesmo, como uma postura de caráter ideológico” (Koch, 1999:110).

Considerações finais

Este capítulo teve como objetivo examinar a formalização do texto dissertativo-argumentativo: nosso objeto de análise. Diante desse objetivo, estudamos a organização textual e verificamos que os textos são formalizados por uma superestrutura, que organiza as informações em uma estrutura específica; e por uma macroestrutura, que organiza as informações semânticas.

Em nossas considerações, enfatizamos o tipo argumentativo, pelo fato de o mesmo apresentar uma argumentação mais explícita, cuja estrutura é composta

por uma tese, por justificativa, por argumentos e contra-argumentos e por uma conclusão, sendo a argumentação a base desse tipo de texto.

Para a construção dessa argumentação, são utilizados na microestrutura do texto, dentre outros elementos lingüísticos, os operadores argumentativos. Esses elementos, além de contribuir para a produção de sentidos para o texto, conduzem o leitor a determinada conclusão, de acordo com a intencionalidade do produtor.

O uso dos modalizadores é que determina o modo como essa intencionalidade é explícita no texto, se em maior ou em menor grau, pois como apontam nossos estudos, são esses operadores modais que permitem ao produtor aproximar-se ou afastar-se das afirmações de seu enunciado, podendo ou não responsabilizar-se por elas.

Nesse sentido, os elementos lingüísticos que formam a microestrutura do texto e criam os efeitos de sentido não são selecionados aleatoriamente; eles são frutos de uma escolha que mostra a intencionalidade do produtor.

Assim, podemos dizer que o recurso da argumentatividade tem por objetivo conduzir o leitor à construção de sentidos para o texto e à aceitação das idéias formuladas pelo produtor. Para compreendermos melhor esse processo é que valemo-nos dos estudos tratados a seguir.

CAPÍTULO 3 — Caminhos para a compreensão do texto

Considerações iniciais

No capítulo I, discorremos sobre algumas estratégias utilizadas na produção dos textos. Dentre elas, verificamos que há aquelas utilizadas conscientemente pelo produtor para contribuir com o processo de compreensão do leitor como, por exemplo, a intertextualidade e a polifonia. Há, também, aquelas que, apesar de introduzidas pelo produtor, dependem do leitor para que possam se constituir, como a coerência, os pressupostos e os subentendidos do texto, cuja compreensão depende do amadurecimento do leitor e das representações cognitivas que possui.

No capítulo II, abordamos a superestrutura e a macroestrutura textual para compreendermos a estrutura do texto dissertativo e os aspectos que o tornam diferente dos outros tipos textuais. Estudamos, também, alguns dos elementos lingüísticos, como os modalizadores e os operadores argumentativos, que, geralmente, aparecem na microestrutura deste tipo de texto. Nesse estudo, verificamos que esses elementos são responsáveis pela relação que o produtor deseja manter com as informações que veicula em seu texto, ora comprometendo-se com elas, ora afastando-se delas e também pelo direcionamento que pretende dar ao leitor no sentido de orientá-lo a determinadas conclusões.

A partir desse estudo, pudemos constatar que há elementos lingüístico-textuais que garantem ao produtor orientar o leitor, propiciando uma maior interação com o texto. É nesse sentido que propomos, neste capítulo, enfatizar a leitura como processo e mostrar caminhos para a construção dos sentidos, por meio de um tratamento sistematizado, pautado no quadro teórico dos capítulos anteriores.

Todavia, não queremos, com isso, delimitar a leitura à função investigativa ou impor um modelo de interpretação de texto. Antes disso, almejamos mostrar a dinamicidade das idas e vindas no texto durante a leitura, uma vez que nossos comentários são resultado das inúmeras possibilidades de leitura autorizadas pelas pistas lingüísticas oferecidas pelo texto.

E, por isso, acreditamos que seja possível estabelecer, de acordo com os elementos lingüísticos estudados, as seguintes estratégias utilizadas na produção dos textos que orientam o leitor na construção dos sentidos:

1. Intertextualidade (remissão a outros textos, ditos populares, expressões consagradas pelo uso, palavras e/ou expressões de outro contexto comunicativo);
2. Polifonia (citações e argumentação por autoridade);
3. Modalizadores (tempos verbais, advérbios de modo, expressões opinativas, índices de avaliação do produtor);
4. Implícitos (pressupostos e subentendidos);
5. Operadores argumentativos (conjunções, expressões explicativas, advérbios, pronomes, preposições);

A título de exemplificação, buscaremos, nos textos a seguir, essas ocorrências.

3.1 - Texto I

O mapa da mina

Leio nas folhas que o ministro da Educação está desagradando ao governo porque aconselhou os estudantes a fazer passeatas contra a falta de verbas para a sua pasta. Aparentemente, parece uma quebra de fidelidade do ministro, que deveria seguir a suspeita austeridade que lhe determinaram, dando à educação as migalhas que sobram do dinheiro destinado a pagar os juros da agiotagem internacional.

Antes de ser ministro, Cristovam Buarque é petista. Repetindo a antológica frase de Eduardo Portella, ninguém é ministro. Alguns, em alguns instantes, estão ministros. Todos sabemos, com mais ou menos detalhes, que o diferencial mais eficiente do PT em termos de doutrinação das massas é a mobilização das bases, a destemida militância que o partido herdou e, pelo caminho, foi herdando dos movimentos mais populares.

E a “finest hour” dessa militância sempre foi a concretização, a passeata, as palavras de ordem. Nas praças e nas ruas, o PT cresceu, impôs-se como partido de

massa, conquistou pau a pau tudo, até a Presidência da República.

O método deve ser bom, tanto que foi usado não apenas pelo PT mas por diversos partidos no mundo inteiro, com bons resultados. Nada demais, portanto, que um ministro que conhece o mapa do tesouro, o segredo da caverna onde se esconde o tesouro do bem público, convoque os estudantes para o “abre-te, Sésamo” que fazia a fortuna de Ali Babá e seus 40 companheiros.

Se isso desagradou a alguns personagens do Planalto, que sempre usaram o mesmo processo para acessar a mesmíssima caverna, a culpa não é do ministro.

Ele emprega, para o bem da sua pasta, a mesma fórmula redentora que levou ao poder a atual nomenclatura. A educação é a prioridade de qualquer país que tenha o déficit que mantemos. Para acabar com esse rombo estrutural, qualquer outro déficit deve ser considerado lucro.

Este texto, escrito por Carlos Heitor Cony e publicado no jornal Folha de S. Paulo em 23/09/2003, refere-se à convocação feita pelo ministro da Educação aos estudantes para que estes fizessem passeata contra as poucas verbas destinadas à Educação e, em consequência disso, discute-se sobre a fidelidade partidária do ministro em relação ao seu governo.

De acordo os estudos do segundo capítulo deste trabalho, fizemos o

levantamento da macroestrutura deste texto por meio da aplicação das regras de redução semântica, como pode ser verificado abaixo:

- a) Cristovam Buarque está desagradando ao governo;
- b) Cristovam Buarque é petista, conhece o modo como os integrantes do PT lutaram por seus ideais;
- c) Cristovam Buarque, como ministro, continua agindo de acordo com as práticas petistas anteriores à chegada do partido à Presidência;
- d) O governo, mesmo sendo formado por integrantes do mesmo partido de Cristovam Buarque, possui, agora, novo modo de agir, uma vez que a posição social ocupada é outra.

Das categorias de análise citadas, observamos na microestrutura deste texto a ocorrência da modalização, da polifonia, da intertextualidade e dos operadores argumentativos, conforme identificação e análise a seguir:

1 - Intertextualidade

Verificamos, no primeiro capítulo deste trabalho, que a intertextualidade é uma importante estratégia utilizada pelos produtores de texto para propiciar a interação com o leitor. Ao utilizá-la, o produtor pressupõe que o intertexto faça parte do universo de conhecimentos do leitor.

No terceiro parágrafo do texto, encontramos a expressão “conquistou pau a

pau”, que, segundo a classificação de Koch (2000), faz parte da intertextualidade em sentido restrito, pois é uma expressão pertencente ao repertório popular, cujas origens são desconhecidas. No texto, essa expressão adquire o sentido de que cada conquista do PT foi realizada paulatinamente. Ao dar preferência para tal expressão, o produtor contribui para que o leitor, independente de seu grau de amadurecimento, possa compreender o texto.

No quarto parágrafo do texto, também localizamos o intertexto utilizado pelo produtor. Nesse caso, ele retoma o conto clássico da literatura infantil *Ali Babá e os 40 ladrões*, para estabelecer uma comparação entre o ministro Cristovam Buarque e Ali Babá, principal personagem desse conto. Essa comparação somente é possível devido à aproximação que é feita entre esses dois personagens, uma vez ambos conhecem o segredo para se chegar ao “tesouro”.

Segundo o conto, Ali Babá tomou conhecimento do caminho que levava a um rochedo, no bosque, e lá descobriu que 40 ladrões escondiam um tesouro composto por ouro, prata, pedras preciosas, tapetes, dentre outras riquezas em uma caverna deste rochedo. Quando descobriu o segredo de abertura da rocha que fechava a caverna, Ali Babá passou, aos poucos, a retirar dali todo o tesouro, tomando-o para si e, ao se tornar rico, a personagem passou a ajudar a todos os necessitados que o procuravam.

Cony, considerando o conto, cria uma comparação entre essa personagem e Cristovam Buarque:

“Nada demais, portanto, que um ministro que conhece o mapa do tesouro, o **segredo da caverna onde se esconde o tesouro do bem público, (...)**” (grifo nosso).

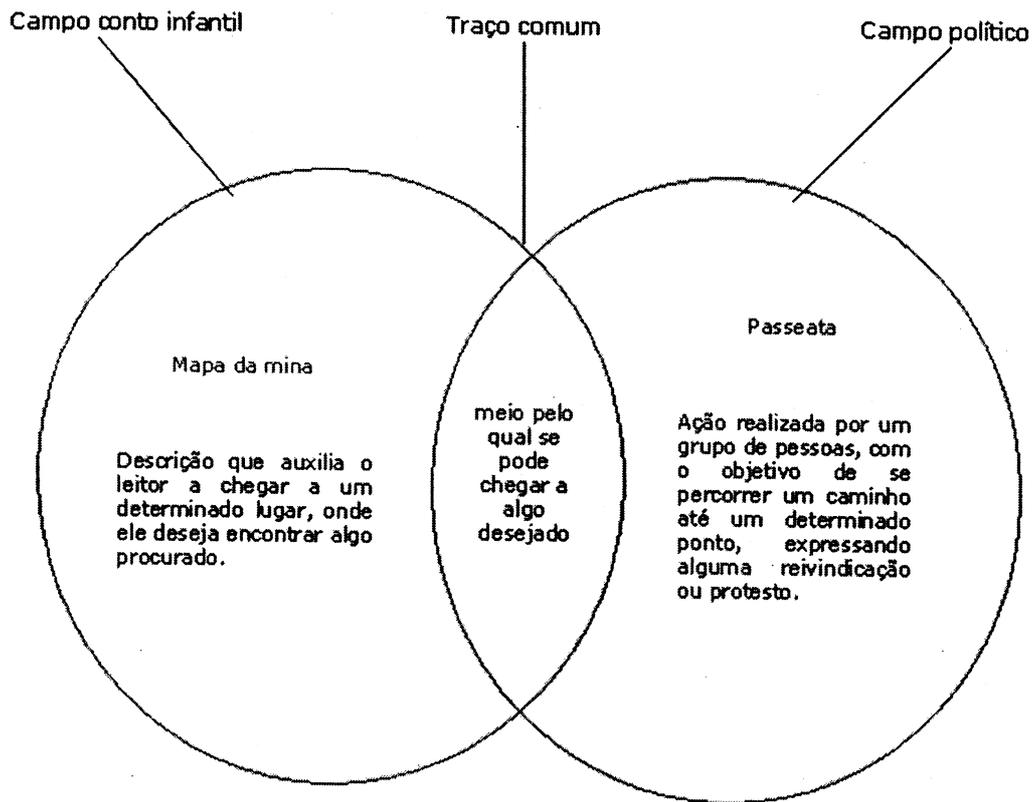
Ao criar semelhante comparação, o produtor constrói o intertexto e o traz para o atual contexto político, no qual considera que o ministro, sendo pertencente ao PT e tendo acompanhado toda a luta do partido para chegar à Presidência da República, saiba, agora, o “caminho” para conseguir o que almeja, assim como fez a personagem principal do conto aludido. Desse modo, o produtor fornece pistas para a compreensão do texto e, ao mesmo tempo, conduz o raciocínio do leitor para que este formule opinião semelhante àquela que instaurou no texto.

Apoiada em Verón (1980), Koch afirma que “o princípio da intertextualidade é também válido entre universos discursivos diferentes” (2000:47). É nesse sentido que percebemos a presença de palavras e/ou expressões pertencentes a diferentes contextos comunicativos que se relacionam no texto em análise. São eles:

- o contexto político, pertencente à realidade;
- o contexto econômico, pertencente à realidade;
- o contexto do conto infantil, pertencente à ficção.

No quarto parágrafo, o produtor emprega expressões que retomam o título do texto “Mapa da mina”: “mapa do tesouro”, “o segredo da caverna”, “o tesouro”, “abre-te, Sésamo”, “Ali Babá e seus 40 (ladrões)”. Tais expressões têm como traço comum pertencerem ao campo do conto infantil de aventura.

O intertexto vai se construindo à medida que o método passeata (contexto político) é comparado ao mapa da mina dos contos infantis. Esses dois elementos representam o meio pelo qual se pode chegar a algo desejado, como podemos visualizar na seguinte figura:



Estabelecemos, assim, a seguinte relação entre essas palavras:

- Passeata = mapa do tesouro, o segredo da caverna, “abre-te, Sésamo”, conduz as pessoas ao tesouro escondido.
- Tesouro = dinheiro, verbas, o desejo que se persegue.

Diante disso, compreende-se a analogia feita por Cony ao unir Ali Babá + 40, substituindo a palavra ladrões pela palavra “companheiros”: “Ali Babá e os 40 companheiros. Os dois primeiros elementos dessa expressão pertencem ao contexto do conto infantil, enquanto a palavra “companheiro” pertence ao contexto político.

Evidencia-se, assim, o intertexto criado pelo produtor por meio desses diferentes contextos.

No último parágrafo, o produtor do texto reitera sua opinião em relação à atitude do ministro Cristovam, afirmando que ele fez o bem para sua pasta. O ministro usou a mesma fórmula que levou ao poder o PT: a mobilização. Outro argumento a favor da atitude do ministro é o enunciado “A educação é a prioridade de qualquer país que tenha o déficit que mantemos.” Se a educação é prioridade, então, podemos concluir que ela não deve receber migalhas, mas uma verba maior, como reivindica o ministro Cristovam Buarque.

À luz dessas considerações, verificamos que o texto em análise foi construído por intermédio do intertexto com os contextos político, econômico e do conto infantil. Cada um desses contextos é constituído pelas seguintes palavras e expressões:

- **Contexto do conto infantil:** mapa da mina, mapa do tesouro, o segredo da caverna, onde se esconde o tesouro, “abre-te Sésamo”, Ali Babá, personagens.
- **Contexto político:** Ministro da Educação, governo, passeatas, Cristovam Buarque, petista, PT, mobilização das bases, militância, partido, movimentos mais populares, passeata, partido de massa, Presidência da República, partidos no mundo inteiro, seus 40 companheiros, Planalto, atual nomenclatura.
- **Contexto da economia:** falta de verbas, migalhas que sobram, dinheiro, pagar, juros, agiotagem internacional, a fortuna, déficit, lucro, rombo estrutural.

A figura seguinte representa de forma sucinta a inter-relação entre esses

contextos:



2 - Polifonia

De acordo com as considerações teóricas já discutidas sobre Polifonia, pudemos verificar que há, no texto em referência, a presença de outras vozes inseridas pelo produtor por meio deste processo dialógico.

Nesse sentido, observamos que o desenvolvimento da argumentação, que ora analisamos, ocorre a partir da seguinte citação:

“o ministro da Educação está desagradando ao governo porque aconselhou os estudantes a fazer passeata contra a falta de verbas para sua pasta”.

Ao inserir, de modo indireto, esta citação, o produtor do texto isenta-se da responsabilidade do enunciado, atribuindo esta a outro enunciador não citado no texto.

No segundo parágrafo do texto, observamos nova citação. Nesse caso, o produtor faz uso da argumentação por autoridade, uma vez que utiliza, para reforçar seu ponto de vista, a frase dita por Eduardo Portella¹, uma das autoridades na área da Educação: “Ninguém é ministro. Alguns, em alguns instantes, estão ministros”. Ao utilizar essa estratégia lingüística, o produtor do texto procura atribuir maior credibilidade ao seu texto e, por conseguinte, transmitir ao leitor a veracidade de seu enunciado.

Ainda no segundo parágrafo, verificamos que a expressão: “Todos sabemos...” também conferem ao enunciado caráter polifônico, pois fazem com que o argumento introduzido por essa expressão seja enunciado não apenas pelo produtor, mas por todos aqueles que acompanham os fatos políticos do país. Sendo assim, o leitor passa a fazer parte do texto à medida que lhe é atribuída a responsabilidade pelo argumento exposto.

3 - Modalização

Verificamos que, segundo Koch (1999), alguns elementos presentes nos textos, denominados operadores modais, propõem que se estabeleça interação entre interlocutores. No estudo em questão, observamos que esses operadores,

¹ Eduardo Portella é escritor e professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente coordena para a UNESCO o projeto “Caminhos do pensamento hoje: novas linguagens no limiar do terceiro milênio”. É diretor de pesquisas do Colégio Brasil. Tem exercido diversas funções públicas, nacionais e internacionais, sempre nos campos da Educação, Ciência, Cultura e Comunicação.

formalizados por itens lexicais, são marcas lingüístico-textuais que muito contribuem para propiciar a interação do leitor com o texto e, portanto, orientam o leitor no processo de compreensão. Além disso, como estratégia argumentativa, essas marcas pressupõem, também, a intencionalidade do produtor.

No primeiro parágrafo do texto, encontram-se advérbios e verbos que modalizam o discurso. O advérbio “aparentemente” faz referência a todo enunciado. Esse advérbio, seguido da forma verbal “parece”, coloca o enunciado ao nível daquilo que o seu produtor pretende demonstrar que é, sem, no entanto, assumir seu enunciado.

"Aparentemente, parece uma quebra de fidelidade do ministro, que deveria seguir a suspeita austeridade (...)" (grifo nosso)

Ainda, no primeiro parágrafo, observamos o verbo “deveria”, no futuro do pretérito, que também faz parte da categoria dos modalizadores, distanciando o locutor de seu enunciado, uma vez que esse tempo verbal, assim como a impessoalização do sujeito e o advérbio de modo descritos acima, sugerem um descomprometimento do produtor em relação ao seu enunciado.

No segundo parágrafo, observamos a frase:

“Todos sabemos, com mais ou menos detalhes, que (...)”. (grifo nosso)

Nela, o produtor, ao utilizar o pronome indefinido “todos”, faz com que o leitor participe da condição de saber sobre o que é afirmado no texto. No entanto, a expressão “mais ou menos detalhes”, modaliza o discurso, pois parece atenuar a força que o pronome todos atribuiu ao enunciado. Assim, parece-nos que é dado ao

leitor a opção de saber ou mais ou menos sobre a declaração posta no texto.

Ao iniciar o quarto parágrafo, o produtor do texto utiliza a locução verbal “deve ser” que exerce função modalizadora, pois atribui à proposição o caráter de suposição (deve ser bom X é bom). Ao inserir no enunciado a sua avaliação por meio de uma expressão indicadora de suposição, Cony situa o enunciado no campo da incerteza e, assim, afasta de si a responsabilidade de uma afirmação. Além disso, o índice de avaliação utilizado pelo produtor promove a interação à medida que aproxima o leitor, uma vez que as opiniões expostas no texto ficam sujeitas a eventuais críticas e oposições do leitor.

A mesma locução verbal “deve ser” também é encontrada no último parágrafo do texto. Entretanto, neste enunciado, o efeito de sentido exercido por esta expressão é outro, pois ela caracteriza a modalização deôntica, uma vez que denota obrigatoriedade da asserção.

4 - Implícitos (pressupostos e subentendidos)

De acordo com nossos estudos do primeiro capítulo, podemos afirmar que dizer nem sempre é dizer de modo explícito, visto que em uma atividade discursiva muitas vezes enunciamos algo explicitamente, mas deixamos entender um implícito sob as formas de pressupostos e subentendidos. Assim, esses dois “modos de dizer” se entrelaçam em um discurso.

Como já tratamos, as informações pressupostas não são expressas de maneira explícita, mas o leitor pode percebê-las a partir de certas palavras ou expressões contidas no texto. Já os subentendidos são as insinuações escondidas por trás de

uma informação. Não analisaremos todos os pressupostos e subtendidos do texto, mas apenas aqueles que são fundamentais para a formulação dos argumentos.

No enunciado “Aparentemente, parece uma quebra de fidelidade do ministro, que deveria seguir a suspeita austeridade que lhe determinaram...”, temos elementos lingüísticos que levam a detectar pressupostos: “aparentemente”, “deveria”, “suspeita austeridade”, “determinaram”.

Dizer “Aparentemente, parece uma quebra de fidelidade do ministro”, pressupõe que a quebra de fidelidade do ministro (ao governo) é apenas aparente. As palavras “aparentemente” e “parece” pertencem ao mesmo campo lexical: a primeira é um advérbio de modo e a segunda, um verbo formado pelo mesmo radical do advérbio, -parec, assim, ambas palavras carregam o mesmo significado, intensificando o pressuposto de que Cristovam Buarque não possui a conduta que se espera de um ministro.

As orações: “(...) que deveria seguir a suspeita austeridade que lhe determinaram(...)” completam o trecho acima mencionado. O pronome relativo “que” retoma o sintagma nominal “fidelidade do ministro” e o relaciona às orações que se seguem, formadas pelos verbos “deveria” e “determinaram”. O ato de dever seguir cabe ao ministro executar. Esse ato é determinado a ele: seguir a suspeita austeridade. Todavia, essa ação não acontece; ela é apenas aparente, já que se suspeita da existência da austeridade.

O primeiro parágrafo finaliza com a frase “...dando à educação as migalhas que sobram do dinheiro destinado a pagar os juros da agiotagem internacional.” Essa frase apresenta argumentos que justificam o porquê de o ministro não aceitar a

verba que é destinada ao seu ministério. Os argumentos são expressos pelo adjetivo “migalhas”, pela locução adjetiva “agiotagem internacional” e pela oração adjetiva explicativa. Tais elementos lingüísticos apresentam como pressupostos e subentendidos:

Pressupostos: Se as verbas não fossem migalhas, o ministro poderia aceitar apenas essas. As verbas destinadas à educação são sobras. Essas verbas são insuficientes, pois grande parte das verbas que não são sobras é consumida por juros da dívida internacional.

Subentendidos: Os juros da dívida interna são ilegais, já que a agiotagem, no Brasil, é crime, pois cobra juros altíssimos, considerados por muitos como absurdo. Quem comete algo errado não é Cristovam Buarque, mas, sim, aqueles que aceitam pagar os juros altos da dívida externa, preferindo esse destino do dinheiro público a destiná-lo para a educação.

“Antes de ser ministro, Cristovam Buarque é petista. Repetindo a antológica frase de Eduardo Portella, ninguém é ministro. Alguns, em alguns instantes, estão ministros.”

Essas três frases trazem como pressupostos: Cristovam Buarque não é ministro, pois segundo Portella “ninguém é ministro” e sim “está” ministro por alguns anos. Somente alguns daqueles que estão ministros, estão realmente exercendo um ministério. Esse exercício é por alguns momentos, e não todo o momento do exercício de estar ministro.

O produtor do texto conclui esse parágrafo dizendo que a principal marca do PT é a mobilização. Como Cristovam é petista, ele foi fiel à doutrina de seu partido, chamando os estudantes para fazer uma passeata. Buarque, portanto, não

foi fiel ao ministério, uma vez que sua atitude foi contrária àquela esperada de um representante do governo.

5 - Operadores argumentativos

Além das categorias já identificadas e comentadas, observamos que o texto de Cony é marcado por elementos lingüísticos que têm por função orientar o sentido do texto, os quais se denominam operadores argumentativos.

De acordo com a escala argumentativa proposta por Ducrot (1977), destacamos no texto “O mapa da mina” os seguintes operadores:

- **Todos** - Esse pronome indefinido, localizado no segundo parágrafo do texto e já analisado no item anterior, exerce no texto a função de envolver o leitor, orientando-o para que ele participe da afirmação expressa no texto.
- **E** - Essa conjunção aditiva introduz o terceiro parágrafo e tem por função acrescentar uma especificação ao argumento exposto no parágrafo anterior, fortalecendo-o.

Argumento: “(...) o diferencial mais eficiente do PT em termos de doutrinação das massas é a mobilização das bases, (...)”

E (sentido aditivo) a “finest hour” dessa militância sempre foi a concentração, a passeata, as palavras de ordem.

• **Até** - Essa preposição, localizada no final do terceiro parágrafo, é utilizada para introduzir um argumento mais forte no texto e orientar o leitor para determinada conclusão, como podemos observar:

“Conquistou tudo, até a presidência da República” (grifo nosso)

Do modo como foi estruturada a frase, a presidência caracteriza-se como uma das maiores conquistas do PT, uma vez que o pronome indefinido “tudo”, totaliza as conquistas do partido, igualando-as; e a preposição “até” atribui à presidência um maior valor em relação as outras conquistas.

- **Tanto que** - Essa expressão, empregada no quarto parágrafo, tem o propósito de relacionar o conteúdo de duas proposições, expressando consequência:

“O método deve ser bom **tanto que** O método foi usado não apenas pelo PT” (grifo nosso)

Nesse caso, essa expressão introduz a segunda proposição que apresenta a consequência da primeira proposição, ou seja, a consequência do método ser bom foi seu uso não apenas pelo PT.

- **Mas (também)** - No trecho em análise, essa conjunção assume o sentido aditivo, pois é precedida pela expressão “não apenas”, deixando, portanto, subentendida a palavra também. Desse modo, essas conjunções conduzem as duas proposições apresentadas no enunciado, direcionando-as para uma mesma conclusão.

Conclusão: O método deve ser bom.

Proposição 1: O método foi usado não apenas pelo PT (**mas também**)

Proposição 2: O método foi usado por diversos partidos no mundo inteiro, com bons resultados.

- **Nada demais** - Localizada no quarto parágrafo, essa expressão composta pelo pronome indefinido “nada” e pelo advérbio de intensidade “demais”, introduz

um período conclusivo no texto:

“Nada demais, portanto, que um ministro que conhece...” (grifo nosso)

De efeito de sentido negativo, notamos que a expressão “nada demais” conduz o leitor a considerar a ação do ministro eficaz e compatível com as ações do grupo PT.

- **Portanto** - Esta conjunção conclusiva sintetiza os argumentos apresentados no texto e orienta o leitor para a conclusão de que o ato do ministro não foi uma infidelidade, uma vez que o método utilizado por ele é considerado bom e comprovado por diversos partidos no mundo inteiro.

“Nada demais, portanto, que um ministro que conhece” (grifo nosso)

- **Se** - Introduzindo o quinto parágrafo, esta conjunção condicional exerce a função de operador argumentativo, pois conduz o leitor ao raciocínio que o produtor instaura no texto: a não infidelidade do ministro.

“Se isso desagradou a alguns personagens do Planalto, ...” (grifo nosso)

Notamos que, ao utilizar um operador que exprime condição, a ênfase nessa construção recai sobre a ação tomada pelo ministro, que remete ao assunto principal tratado no texto.

3.2 - Texto II

Apareceu a margarida

Lula deu quatro entrevistas exclusivas desde a eleição do ano passado: três para a TV Globo, uma para a revista “Veja”. Se fosse FHC, o que os petistas não diriam?!

Até aqui Lula falou pelos cotovelos em solenidades e viagens. Lê discursos escritos sem a menor graça e faz improvisos cheios de graça. Tanta que o “Casseta e Planeta”, da mesma Globo, dedica-lhe um quadro sobre as “metáforas do presidente”.

Agora, Lula abre mais uma etapa, com essas entrevistas exclusivas e uma conversa com jornalistas de política, amanhã, no Planalto. É bom.

De duas, uma: ou o presidente quer aproveitar a onda da aprovação da reforma da Previdência pela Câmara em primeiro turno, com cobrança de inativo e tudo, ou ele está sendo movido por pesquisas qualitativas. Aquelas que, mais do que números, expõem conteúdos. Indicam o que as pessoas estão ou não gostando.

O fato é que notinhas daqui e dali e a própria edição da “Veja” informam: Duda lá! Ou seja, Duda anda pelos

palácios, e não só para tomar cafezinho nem bater papo na ante-sala do presidente. O supermerqueteiro está lá lendo as quális (apelido das pesquisas qualitativas), detectando recados de sua excelência, o povo, e transportando o que apreendeu para o presidente. O que Duda vê hoje, Lula responde amanhã.

Das entrevistas recentes, fica um Lula excessivamente preocupado em mostrar como está feliz, adorando a rotina e os prazeres da Presidência. Ao contrário das versões maliciosas de que ele detesta tudo isso.

Fica ainda um Lula chefe, administrativo, que interrompe a fala para buscar a pasta tal, cobrar o ministro qual. Ao contrário da crítica de que nunca administrou nada, não tem experiência nem jeito para a coisa.

Política é arte. Teatro, por exemplo. Não se pode culpar o presidente por ser político, fazer uma arte ou outra e desempenhar o personagem que ele tem que desempenhar: o das quális. Isto aqui, portanto, é apenas uma implicância de jornalista. Ou uma advertência modesta: não ligue para o conteúdo, analise a forma.

Eliane Cantanhêde, em seu texto publicado no jornal *Folha de S. Paulo* em 19/08/2003, faz uma crítica às declarações oficiais dadas pelo presidente da República. A macroestrutura deste texto pode ser verificada por meio das seguintes macroproposições:

- a) Lula deu, oficialmente, apenas quatro entrevistas exclusivas desde a eleição;

- b) Lula concedeu entrevista às empresas de comunicação que criticara anteriormente;
- c) Lula é orientado por Duda Mendonça sobre o que dizer em suas declarações;
- d) Lula aparenta estar gostando da presidência e de tudo o que ela pode lhe proporcionar, ao contrário das versões maliciosas de que ele detesta a rotina presidencial;
- e) Lula sabe desempenhar o papel que o povo deseja que ele desempenhe, entretanto é criticado pelo fato de não ter experiência administrativa.

Verificamos que, neste texto, foram utilizadas como estratégias lingüístico-textuais a intertextualidade, a polifonia, a modalização, os implícitos e os operadores argumentativos. Passamos, agora, à análise dessas categorias:

1 - Intertextualidade

Esse recurso está presente no título deste texto de Eliane Cantanhêde. Com o propósito de situar o leitor quanto às intenções que pretende veicular por meio de seu texto, a produtora faz menção a uma antiga canção: “Apareceu a Margarida”.

Desse modo, partindo do pressuposto de que o intertexto utilizado faça parte do conhecimento prévio do leitor, Cantanhêde contribui para o processo de compreensão do leitor.

Como já discutimos, no estudo da intertextualidade em sentido restrito, as

expressões que fazem parte do repertório popular constituem um intertexto. Nesse sentido, observamos, no segundo parágrafo, o uso da expressão “falou pelos cotovelos”, muito utilizada popularmente quando se quer dizer que determinada pessoa falou mais do que deveria. Ao utilizar essa expressão da linguagem oral, a produtora marca seu texto com um registro coloquial para tentar garantir a compreensão de seu texto. Para tanto, é necessário que o leitor ative seus conhecimentos prévios.

Ainda no segundo parágrafo, a intertextualidade se estabelece com o universo da TV, uma vez que, no texto, é mencionado o programa televisivo *Casseta e Planeta*, cujo conteúdo aborda de forma satírica os acontecimentos da atualidade. Ao referir-se a esse programa, Cantanhêde reafirma, de forma sutil, o modo como o presidente está sendo ridicularizado, como mostra o quadro deste programa que é dedicado a ele.

Desse modo, observamos que, dentro do universo televisivo, a figura do presidente é enfocada de duas diferentes maneiras: a expressão “a mesma Globo” marca o modo sutil dessa mudança, pois a mesma emissora que lhe concede entrevista no horário nobre, no qual são exibidos programas jornalísticos, também o ridiculariza em um de seus programas humorísticos. Portanto, a emissora desloca-o do campo da seriedade para o campo do humor.

No quinto parágrafo do texto, está presente a expressão “Duda lá”, que remete o leitor ao *slogan* da campanha presidencial de Lula. A produtora do texto constrói um intertexto, substituindo o nome do presidente pelo nome de seu marqueteiro oficial. Considera-se que essa expressão seja de conhecimento público, uma vez que se tornou refrão da música de uma das campanhas do atual presidente.

2 - Polifonia

De acordo com Koch (2000:57), “todo texto é perpassado por vozes de diferentes enunciadores”. Nesse sentido, encontramos no texto em questão outras vozes que se fazem presentes por meio do recurso da polifonia. A citação que observamos no quinto parágrafo faz parte desse processo dialógico, uma vez que Cantanhêde utiliza em seu texto a informação de outro veículo de comunicação: a revista *Veja*, a qual pressupõe ser de conhecimento do leitor por tratar-se de uma importante revista de grande circulação nacional.

No sexto parágrafo, o operador argumentativo “ao contrário” introduz outra voz no texto. Nesse caso, devido ao caráter adversativo da expressão observamos a presença de outros enunciadores que possuem uma opinião contrária àquela afirmada no texto.

Esse mesmo enunciador também está presente no sétimo parágrafo, que é introduzido pela mesma expressão “ao contrário”. Desse modo, observamos, no mesmo texto, pontos de vista diferentes sobre uma mesma pessoa: Lula. Há, portanto, um enunciador que acredita ser Lula um bom chefe administrativo e outro para quem Lula demonstra detestar “tudo isso”.

3 - Modalização

A modalização se faz presente no terceiro parágrafo com a utilização do índice de avaliação “É bom”, que aparece em uma frase isolada no final do parágrafo. Ao isolar esse índice, a produtora do texto enfatiza um julgamento de valor. Com esse procedimento, ela se manifesta no texto, marcando uma maior aproximação com o que enuncia.

Desse modo, o vínculo com o leitor é estabelecido, uma vez que ao expor sua opinião de modo explícito, a produtora do texto a torna motivo de discussões e, até mesmo, controvérsias, aumentando, assim, o grau de interação com o leitor.

4 - Implícitos

Já discutimos que as informações podem ser inseridas nos textos não só de maneira explícita, mas também de maneira implícita, sendo que esta última não pode ser compreendida apenas com a decodificação dos símbolos da linguagem. Ela exige do leitor uma perspicácia que o torne capaz de abstrair, do conteúdo lingüístico, as informações que não estão expostas no texto. Ainda de acordo com nossas discussões anteriores, sabemos que essas informações implícitas assumem nos textos a forma de pressupostos e subentendidos.

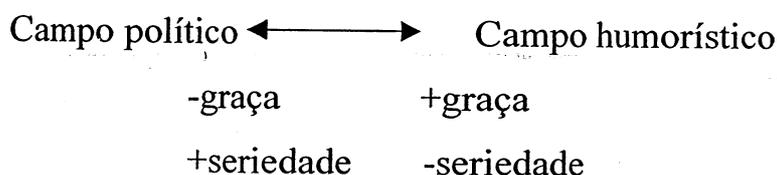
De acordo com essas considerações, verificamos que o primeiro parágrafo é formado por dois períodos. No período um, temos como pressupostos: a TV Globo e a revista Veja tiveram exclusividade em entrevistar o presidente Lula, e não outra emissora ou revista. Mas essa exclusividade foi a partir da eleição do atual presidente. O produtor do texto conclui o primeiro parágrafo com a frase exclamativa e interrogativa: “Se fosse FHC, o que os petistas não diriam?!” O verbo dizer dessa frase refere-se ao fato de Lula ter concedido entrevista a dois veículos de comunicação anteriormente criticados e considerados “de direita” pelo PT.

Subentende-se, assim, que, se tais exposições nos meios de comunicação fossem do FHC, provavelmente, os petistas criticariam, uma vez que isso faz parte de um jogo político extremamente comum entre partidos. O ponto de exclamação atribui maior ênfase à ação de dizer realizada pelo sujeito “petistas”.

Subentendemos que, antes de ser eleito, Lula não concedia entrevista à TV Globo e à revista *Veja*, e, sim, apontava críticas, junto ao seu partido, a seu antecessor: FHC.

No parágrafo seguinte, a produtora do texto amplia as exposições de Lula: em solenidades, e viagens. Afirma, também, que Lula fala demasiadamente (falou pelos cotovelos). Essa sua fala é dividida em: “discursos escritos sem a menor graça” e “improvisos cheios de graça”. A sua segunda predicação resultou em um quadro humorístico apresentado no programa *Casseta e Planeta*, no qual o presidente é parodiado.

Em um eixo *continuum* de significado, podemos visualizar a localização dessa divisão na fala do presidente:



Assim, quanto menos graça, mais próxima do campo político está a fala, ou melhor, o discurso de Lula. Maior a graça da fala, menor a proximidade com esse campo.

A fala sem graça alude aos discursos escritos, não elaborados por Lula, o que pressupõe ser este planejado. A fala cheia de graça é denominada improvisado, por isso descarta o planejamento, o que favorece “tanta” graça. Subentende-se, assim, que Lula recorre a discurso planejado antecipadamente para alcançar maior seriedade.

Nesse jogo de (-) graça e (+) graça, a produtora do texto volta a dar

destaque às entrevistas exclusivas do presidente e à conversa deste com jornalistas de política, pressupondo maior seriedade. Para essas aparições de Lula, são expostos dois motivos e o leitor é direcionado à escolha daquele que explica a exposição excessiva do presidente. As alternativas são: obter aprovação da reforma da Previdência ou melhorar as pesquisas qualitativas.

Nos parágrafos que se seguem, Cantanhêde destaca a segunda alternativa. E, conforme verificamos nos parágrafos anteriores, Lula recorre a outra pessoa para o planejamento de seus discursos. Isso é evidenciado quando Cantanhêde introduz o marqueteiro Duda Mendonça. A produtora do texto o qualifica como “supermarqueteiro” e o responsável pelos discursos planejados de Lula.

Duda lê as pesquisas qualitativas (quális) e, a partir delas, elabora o que Lula precisa falar: “O que Duda vê hoje, Lula responde amanhã”, daí o trocadilho “Duda lá”, no lugar de “Lula lá” = quando o presidente discursa quem dá sustentáculo é Duda. Esse é o Lula de “agora” em uma nova etapa, como afirma a produtora no início do terceiro parágrafo.

“Das entrevistas recentes, fica **um Lula** excessivamente preocupado em **mostrar** como está feliz, adorando a rotina e os prazeres da Presidência.” (grifo nosso)

A produtora continua seu texto, tecendo sempre duas possibilidades. Na frase em destaque ele se refere a um Lula, abrindo, portanto, a possibilidade para a existência de um outro Lula. O artigo indefinido “um” elimina a individualidade e a definição de um único Lula. Desse modo, um Lula está muito preocupado em mostrar a felicidade na Presidência. O verbo mostrar não implica, necessariamente, ser e estar feliz. O outro Lula é aquele enxergado por alguns críticos como um presidente que detesta a rotina presidencial.

Somam às características de um Lula ser eficiente no exercício de seu papel de chefe e de administrador. Já o “outro Lula” nunca exerceu tais papéis em um momento anterior à presidência, portanto é inexperiente e nem leva jeito para exercê-los.

Assim, a figura do Lula é construída dentro de dois focos: “um Lula” que mostra ser ativo e feliz no exercício de seu cargo, bem como comunicativo; esse Lula contraria as versões maliciosas de que ele “detesta tudo isso”. E “outro Lula”, sério e administrador competente; esse Lula se preocupa com as pesquisas de qualidade e tem sua fala delineada e sustentada pelo supermarqueteiro Duda.

A afirmativa de que Duda está por trás dos discursos de Lula pertence às versões maliciosas das quais compartilha a produtora do texto em análise, como podemos confirmar no enunciado “Isto aqui, portanto, é apenas uma implicância de jornalista”.

Dessa forma, a produtora pertence ao grupo das pessoas que apresentam críticas sobre um Lula. Essa malícia está presente no parágrafo que encerra o texto em que a produtora do texto estabelece uma analogia entre a política e o teatro. Nele, a palavra “arte” implica artista, como, por exemplo, aquele que representa diversos papéis. Assim, pode-se concluir que o presidente, por ser político, pode assumir diferentes papéis (personagens).

Essa conclusão nos faz retornar ao título “Apareceu a Margarida” que faz um intertexto com o nome de uma marcha de carnaval de João Roberto Kelly (anexa). A letra fala sobre Margarida e Carolina em um festival de carnaval:

“A noite era de Carolina, / mas foi Margarida, / Quem entrou de sola, / Olê, olê, olá.”

Margarida apareceu e foi o destaque do festival: ficou em evidência. No texto, quem aparece e está em evidência fazendo arte é o Lula. Apareceu o Lula, o Duda Lá.

Maior será a interação entre texto e leitor se este conseguir identificar a duplicidade que percorre o texto e chegar aos dois Lulas descritos pela produtora.

5 - Operadores argumentativos

O texto “Apareceu a margarida” também é marcado por operadores argumentativos. Dentre eles, destacamos os seguintes:

- **Até** - A ocorrência dessa preposição, no segundo parágrafo, estabelece um recorte no tempo:

“**Até** aqui Lula falou (...)” (grifo nosso)

Com o emprego dessa preposição, a produtora conduz o leitor a partilhar da dúvida que, indiretamente, instaura no texto. O uso do advérbio “aqui” com sentido de “agora” leva o leitor a pensar nas declarações que poderão ser dadas em um tempo futuro.

- **Ou...ou...** - O quarto parágrafo é marcado por essas conjunções alternativas:

“(...) **ou** o presidente quer aproveitar a onda da aprovação (...) **ou** ele está sendo movido por pesquisas qualitativas. (...)” (grifo nosso)

As orações coordenadas alternativas que constituem esse enunciado

orientam seus sentidos. Ao fazer uso desses operadores, a produtora do texto oferece ao leitor a possibilidade de escolha, entre as opções apresentadas, aquela que ele acredita ser a mais provável. Ainda assim, orienta a compreensão do leitor, pois as opções apresentadas a ele são aquelas selecionadas por ela.

- **Ou seja** - No quinto parágrafo do texto, essa expressão orienta o leitor no ajuste do sentido do enunciado:

“Duda lá! **Ou seja**, Duda anda pelos palácios, (...)” (grifo nosso)

Nesse trecho, essa expressão visa a esclarecer o advérbio “lá”. Desse modo, o produtor procura garantir que o maior número possível de leitores compreendam o enunciado, até mesmo aqueles que não fizeram a correlação da expressão com o *slogan* “Lula lá”.

- **Não só, nem** - Ainda no quarto parágrafo, esses operadores de sentido negativo orientam o leitor a uma conclusão:

“(...) **não só** para tomar cafezinho **nem** bater papo na ante-sala do presidente. (...)” (grifo nosso)

- **Ao contrário** - Expressão de sentido adversativo, presente no sexto parágrafo, estabelece oposição:

“**Ao contrário** das versões maliciosas de que ele detesta tudo isso” (grifo nosso)

Nesse trecho, essa expressão é utilizada para reafirmar a proposição precedente a respeito do estado de preocupação do presidente. Portanto, essa expressão adversativa contrária, na verdade, a segunda proposição que é a de que Lula “detesta tudo isso”.

- **Nunca, nada, nem** - No sétimo parágrafo, essas palavras, de classes gramaticais distintas, atribuem um sentido negativo ao enunciado:

“Ao contrário da crítica de que **nunca** administrou **nada**, não tem experiência e **nem** jeito para a coisa”. (grifo nosso)

No enunciado em destaque, o advérbio **nunca** exclui a possibilidade do presidente Lula ter a ação de administrar em um tempo anterior. Acompanha o verbo administrou outra palavra negativa: o pronome indefinido **nada** que, por sua vez, exclui a possibilidade do presidente ter administrado algo. A conjunção aditiva **nem** acrescenta, paradoxalmente, mais uma exclusão: a falta de jeito para administrar. Portanto, essas palavras atribuem, de forma gradativa, uma força negativa ao enunciado, pois acentuam as críticas recebidas pelo presidente por não ter tido experiência administrativa.

- **Portanto** - Presente no último parágrafo do texto, esta conjunção resume os argumentos e apresenta a conclusão do texto.

“Isto aqui, **portanto**, é apenas uma implicância de jornalista. Ou (...)” (grifo nosso)

3.4 — Texto III

Quem te viu, quem te vê

O deputado Luciano Zica (PT-SP), ouvidor da Câmara dos Deputados, explica que sua proposta a respeito dos CNEs (Cargos de Natureza Especial da Casa) não visa, ao contrário do que foi dito neste espaço, a apenas legalizar a indecência.

Zica está propondo que os CNEs só trabalhem na Câmara, e não nos Estados, como o faz hoje uma succulenta fatia deles.

Ajuda-memória ao leitor: os CNEs são quase 2.000, todos contratados sem concurso, consomem R\$ 97 milhões/ano de dinheiro público, e na prática servem apenas para ajudar deputados a fazer trabalho proselitista nas suas bases.

A **Folha**, em sucessivas reportagens, vem mostrando que esse pessoal nem sabe direito qual é o seu trabalho, mas sabe, perfeitamente, que serve ao deputado x ou y, não à Câmara.

A iniciativa de Zica é uma evidência adicional de que o esquema é uma grande maracutaia. Temo, no entanto, que o ouvidor esteja perdendo tempo com sua tentativa de moralizar a coisa.

O presidente da Câmara, João Paulo Cunha (igualmente do PT e de SP), somou à indecência o escárnio, ao defender os CNEs na entrevista que esta **Folha** publicou no domingo.

Seus argumentos soam, muitas vezes, semelhantes aos que Paulo Salim Maluf emprega quando se defende das suspeitas que, uma ou outra vez, aparecem contra ele.

O caso dos CNEs é triste por, pelo menos, dois aspectos:

1 – Revela como um jovem político, promissor enquanto está na oposição, vira farinha do mesmo saco ao tomar posse de um naco de poder.

2 – Revela como era vazia a gritaria que o PT fazia, na oposição, como se tivesse o monopólio da ética nos negócios públicos. Uma vez no poder, se assanha para punir deputados cujo único crime é defender antigas bandeiras do partido, mas não emite um piu, um piozinho que seja, a respeito do desperdício de recursos públicos patrocinado por um dos seus.

Clóvis Rossi, em seu texto publicado pela *Folha de S. Paulo*, em 19.08.2003, também trata de questões políticas. Nele, o produtor critica não só o deputado Luciano Zica, mas também o presidente da Câmara João Paulo Cunha, devido à postura de ambos a favor dos CNEs. Rossi questiona a real necessidade desses funcionários, uma vez que, para o pagamento destes, é dispensado uma boa parte do dinheiro público. Com isso, o produtor do texto tece críticas a

respeito da postura dos políticos do PT que, atualmente, patrocinam desperdícios que criticavam quando não pertenciam ao governo.

Mediante a isso, observamos que o texto em questão é formado pelas macroproposições:

- a) Os políticos do PT não agem de acordo com os princípios que propagavam;
- b) Os políticos do PT, no poder, igualam-se aos políticos de qualquer partido;
- c) Os políticos do PT utilizam argumentos inconsistentes.

1 — Intertextualidade

Neste texto, a intertextualidade se faz presente devido à remissão a outro texto e também por meio de expressões de uso popular. O produtor constrói um intertexto à medida que utiliza, como título de seu texto, o nome da canção “Quem te viu, quem te vê”, de Chico Buarque de Holanda (anexa), cujo tema é a história de uma passista de samba desgarrada de suas origens. O nome desta canção passou, também, a fazer parte do repertório das expressões estereotipadas, utilizadas popularmente, quando se deseja enfatizar mudanças de comportamento de uma pessoa.

Como vimos, no primeiro capítulo deste trabalho, a compreensão do intertexto relativo ao conteúdo está relacionada ao conhecimento de mundo do leitor. Nesse sentido é que o produtor do texto, já a partir do título, procura incitar o leitor à ativação de seus conhecimentos prévios para a compreensão do

intertexto construído por ele.

Essa compreensão já é um fator relevante de aproximação do leitor com o texto e o prepara para as demais expressões apresentadas posteriormente: “farinha do mesmo saco” e “não emite um piu”.

Parte do repertório popular, não é de hoje que a expressão “farinha do mesmo saco” é utilizada; ela remonta aos anos 254-184 a.C. De origem latina, “ejusden farinae” (da mesma farinha), essa expressão possui, atualmente, cunho pejorativo e é utilizada para indicar pessoas de mesmo caráter, geralmente mau. No texto, ela é utilizada para indicar jovens políticos bem intencionados, mas que, ao assumir o poder, igualam-se àqueles que utilizam esse poder em benefício próprio e também em benefício daqueles a quem protegem.

A expressão “nem um piu” é, também, muito utilizada popularmente para indicar silêncio ou solicitar que alguém mantenha sigilo sobre determinado tema/assunto. No texto em análise, essa expressão é utilizada para mostrar ao leitor que os políticos do PT, enquanto partido de oposição, possuíam ideais que, hoje, no poder, não comprovam com suas atitudes.

2 — Polifonia

A argumentação do texto “Quem te viu, quem te vê” é desenvolvida a partir de uma explicação dada pelo ouvidor da Câmara dos Deputados a respeito dos CNEs.

“O deputado Luciano Zica (PT-SP) ouvidor da Câmara dos Deputados, explica que sua proposta a respeito dos CNEs (Cargos de Natureza Especial da Casa) não visa, ao contrário do que foi dito neste espaço, a apenas legalizar a indecência.” (grifo nosso)

No trecho destacado acima, observamos que Rossi faz uso do recurso da Polifonia para inserir em seu texto a voz de outro enunciador (Luciano Zica), introduzida pela conjunção “que”, caracterizando a citação indireta. Nesse mesmo enunciado, observamos a existência de pontos de vista diferentes a respeito do tema em questão.

O segundo ponto de vista apresentado é introduzido pela expressão adversativa “ao contrário”, que apresenta o ponto de vista do produtor do texto. Nesse sentido, percebemos que há, no enunciado, dois pontos de vista diferentes sobre o assunto em questão. Desse modo, temos:

Ponto de vista 1: Os CNEs não são uma indecência — para Luciano Zica.

Ponto de vista 2: Os CNEs são uma indecência — para Clóvis Rossi.

A voz de Luciano Zica está presente também no segundo parágrafo do texto por meio da citação indireta, como podemos observar, novamente, pelo uso da conjunção “que”:

“Zica está propondo que os CNEs só trabalhem na Câmara, e não nos Estados, como o faz hoje uma suculenta fatia deles.” (grifo nosso)

No sexto parágrafo, o ponto de vista do presidente da Câmara, João Paulo Cunha, também é apresentado por meio da citação indireta. Para ele os CNEs não são uma indecência, uma vez que os defendeu na entrevista que concedeu:

“O presidente da Câmara, João Paulo Cunha (igualmente do PT e de SP), somou à indecência o escárnio, ao defender os CNEs na entrevista que esta Folha publicou no domingo.”
(grifo nosso)

Assim, há, ainda, outro enunciador que concorda com o primeiro ponto de

vista apresentado acima.

3 — Modalizadores

No quarto parágrafo do texto,

“(...) esse pessoal **nem sabe direito** qual é o seu trabalho, mas sabe, **perfeitamente**, que serve ao deputado x ou y, não à Câmara.” (grifo nosso)

O enunciado acima é modalizado pelas expressões destacadas. Ao montar sua crítica contra os CNEs, o produtor do texto parece querer mostrar ao leitor que esses funcionários não prestam serviços à Câmara, mas, sim, a alguns deputados. Desse modo, o produtor do texto ressalta a inutilidade desses funcionários.

Para isso, Rossi utiliza a expressão “nem sabe direito” para atenuar a força da afirmação de que esses mesmos funcionários não sabem qual sua função específica e, em seguida, utiliza o advérbio “perfeitamente” para dar força à afirmação de que eles estão à disposição de determinados deputados.

No sétimo parágrafo,

“Seus argumentos soam, **muitas vezes**, semelhantes aos que Paulo Salim Maluf emprega (...)”
(grifo nosso)

Ao aproximar os argumentos de João Paulo Cunha àqueles utilizados por Paulo Salim Maluf, o produtor do texto emprega a expressão “muitas vezes” que, neste caso, permite que ele estabeleça uma comparação entre esses dois políticos sem, no entanto, assumir a responsabilidade por essa comparação.

No oitavo parágrafo,

“O caso dos CNEs é triste por, **pelo menos**, dois aspectos:” (grifo nosso)

Utilizada para modalizar o discurso, a expressão “pelo menos” mostra que o produtor selecionou dois aspectos, acreditamos os mais significativos, dentre tantos que talvez pudesse enumerar para indicar que “o caso dos CNEs é triste”.

4 — Implícitos

O título do texto nos permite ir à busca de implícitos, nele temos elementos que levam a detectar pressupostos: são os verbos “viu” e “vê”, flexionados no pretérito perfeito e no presente do modo indicativo, respectivamente.

Dizer “quem viu” e “quem vê” leva-nos a observar as mudanças que ocorreram no espaço de tempo decorrido entre o passado e o presente, permitindo-nos levantar dois pressupostos:

- **no passado**, tanto o deputado Luciano Zica, quanto o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, como integrantes de um partido político considerado “de esquerda” faziam o jogo político da oposição, ou seja, defendiam seus ideais, apresentando críticas ao governo em exercício;
- **no presente**, esse jogo foi invertido, uma vez que, como integrantes do governo, também passaram a proteger e a conceder privilégios aos seus representantes.

Desse modo, subentende-se que houve significativa alteração na conduta

desses políticos.

E, no sétimo parágrafo, ao comparar os argumentos apresentados por esses políticos aos utilizados por Paulo Salim Maluf, político cuja honestidade é, muitas vezes, questionada, o produtor do texto deixa subentendido a falsidade dos argumentos de Zica e de Cunha. O nome de Maluf, portanto, é utilizado, no texto, como um argumento a favor daquilo que o produtor acredita e pretende apresentar ao leitor, ou seja, a falta de coerência dos políticos em questão.

Seguindo esse quadro argumentativo, proposto pelos implícitos do texto, encontramos, no oitavo parágrafo, que a expressão “pelo menos”, utilizada para apresentar dois aspectos que o produtor do texto considera “triste” no caso em questão. Essa expressão também suscita a busca de implícitos, pois permite inferir que os motivos apresentados não são os únicos, mas, talvez, os principais.

5 — Operadores argumentativos

Conforme postula Ducrot (1981:179), “a frase pode comportar diversos morfemas, expressões ou termos que, além de seu conteúdo informativo, servem para dar uma orientação argumentativa ao enunciado, a conduzir o destinatário em tal ou qual direção”. Com base nessa afirmação, procuramos compreender a função de algumas palavras e expressões e a força argumentativa que elas exercem no texto “Quem te viu, quem te vê”. Destacamos as seguintes:

- **Ao contrário** — Essa expressão de sentido adversativo aparece no primeiro parágrafo:

O deputado Luciano Zica (PT-SP), ouvidor da Câmara dos Deputados, explica que sua proposta a respeito dos CNEs (Cargos de Natureza Especial da Casa) não visa, **ao contrário** do que foi dito (...) (grifo nosso)

No trecho acima, a expressão destacada indica a existência de uma opinião contrária à do referido deputado.

- **Apenas e só** — Presentes no primeiro e no segundo parágrafo, estas palavras pertencentes à classe dos advérbios, atribuem mesmo efeito de sentido às proposições.

(...) ao contrário do que foi dito neste espaço, a **apenas** legalizar a indecência.

Zica está propondo que os CNEs só trabalhem na Câmara, (...) (grifo nosso)

Ao empregar a conjunção “apenas”, o produtor do texto parece não excluir da proposta apresentada pelo deputado Luciano Zica o ponto de vista que defende: de que os CNEs são uma indecência. Essa conjunção atribui menos relevância, mas não exclui a proposição que antecede.

De mesmo efeito de sentido, o advérbio “só” presente no segundo trecho, atribui ênfase ao local de trabalho dos CNEs.

Portanto, observamos que o produtor apresenta a proposta de legalização desses cargos, não excluindo, porém, que esta se trata de legalização de uma indecência.

- **Mas** — O uso dessa conjunção adversativa ressalta, mais uma vez, a postura incoerente de políticos pertencentes ao PT.

“(...) Uma vez no poder (PT), se assanha para punir deputados cujo único crime é defender antigas bandeiras do partido, **mas** não emite um piu, um piozinho que seja, a respeito do desperdício de

recursos públicos patrocinado por um dos seus.” (grifo nosso)

Desse modo, o produtor, ao encerrar o texto, enfatiza essa incoerência apresentando ao leitor que a posição ocupada pelos políticos é que determinam seus ideais.

3.3 - Texto IV

A caixa preta de Paripueira

De uma só canetada, o juiz Josenir Pereira de Souza, da distante Paripueira, no interior de Alagoas, acaba de assinar uma liminar poderosa o suficiente para interceptar um voo nacional de longuíssimo alcance: a fusão Varig-TAM.

Com todo o respeito ao juiz Josenir, a Paripueira e a Alagoas, Estado de boa comida, praias lindas e gente hospitaleira, como é possível um só juiz não sei de onde atravancar um dos negócios mais importantes e estratégicos do país em décadas?

A canetada é um bom motivo para reflexão, e num momento muito apropriado. Mostra o quanto um juiz sozinho pode fazer verão, chuvas ou trovoadas enquanto seus colegas esgoelam-se pelo país afora a favor de aposentadorias especiais. E com apoio do presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa, do alto de suas quatro aposentadorias e R\$ 20 mil mensais de remuneração.

Estimulados, os juízes estaduais ameaçam fazer a primeira greve da categoria na história brasileira. Para tentar garantir até 90 % do que ganha um

ministro Supremo (não Corrêa, porque aí já seria demais...).

Quando Lula criticou a caixa-preta do Judiciário, todo mundo, ou quase todo mundo, achou um escândalo. Ele, porém, verbalizava o que sempre pensou e o que muita gente, mas muita gente mesmo, pensa.

Agora, os próprios juízes vêm dar razão a Lula. Não só com palavras mas com atos. O juiz Josenir é uma confirmação em carne, osso e liminar de que juízes podem tudo. Eles são a lei. Estariam acima da lei?

O fato é que a Varig está tecnicamente falida e só tem uma alternativa: a fusão ou a fusão. Ou se funde com a TAM ou acaba. Quem finge não saber disso recorre a liminares caídas do céu e de Paripueira.

Ao interceptar o voo da fusão, provocar um desastre e aumentar aflitivas dúvidas em todos nós sobre o Judiciário, o juiz dá toda a razão ao presidente. Curiosamente, a liminar é sobre companhias aéreas. O que reforça até a imagem usada por Lula: que se abra a caixa-preta!

Esse texto, também escrito por Eliane Cantanhêde e publicado pelo jornal Folha de S. Paulo, em 24/07/2003, aborda o encerramento da negociação a respeito da fusão de duas companhias aéreas brasileiras. De forma polêmica, a produtora do texto chama a atenção para o poder exercido pelos membros do Poder Judiciário, visto que a interrupção de tal negociação ocorreu devido à

decisão de apenas um juiz.

De acordo com essas considerações, podem ser construídas as seguintes macroproposições:

- a) Os juízes possuem poder de decisão;
- b) Os juízes utilizam seu poder de decisão de modo indiscriminado;
- c) Os juízes utilizam seu poder para beneficiar a si mesmos.
- d) Os juízes, ao sentirem seus direitos ameaçados, utilizam seu poder para, também, ameaçar a quem os ameaça;
- e) Os juízes possuem direitos exclusivos e que são conhecidos apenas pelos membros de sua classe e que os tornam privilegiados em relação às demais áreas do funcionalismo público.

Além da macroestrutura, fizemos também, de acordo com as categorias de análise estabelecidas, um levantamento da microestrutura do texto e observamos as outras categorias presentes neste texto: a intertextualidade, os modalizadores, os implícitos e os operadores argumentativos, que serão identificados e analisados a seguir:

1 - Intertextualidade

A intertextualidade se faz presente neste texto por meio de diferentes maneiras. Observamos, no terceiro parágrafo, a utilização de um dito popular, a produtora emprega o enunciado “um juiz sozinho pode fazer verão, chuvas ou

trovoadas (...)”, remetendo-se ao dito popular *uma só andorinha não faz verão*.

Percebemos que a produtora substitui a palavra andorinha por juiz e transforma o sentido negativo da expressão, atribuindo a ela um sentido positivo, além de acrescentar a expressão “chuvas ou trovoadas”, reforçando, assim, o sentido que deseja instaurar no enunciado.

No sexto parágrafo, a expressão “em carne e osso” conhecida popularmente com o sentido de pessoalmente, ele (a) mesmo (a) etc., ganha, no texto, a expressão “e liminar”, que faz referência ao poder que os juízes representam. Acreditamos que, desse modo, a produtora atribui outro significado ao dito popular: não basta ser ou estar presente, é necessário ter poder de realizar certas ações.

Essa estratégia permite que o leitor faça inferências no texto para realizar o processo de compreensão, pois percebemos que, em ambos os casos descritos acima, o leitor interage com o texto à medida que resgata o intertexto e faz a adequação do sentido de acordo com o contexto atual.

Observamos, também, a ocorrência da intertextualidade por meio da utilização de palavras e/ou expressões de diferentes contextos comunicativos, como o da aviação e o jurídico.

Desde o início do texto, esses dois contextos se inter-relacionam de maneira direta, apresentando o tema do texto. Esse inter-relacionamento inicia-se a partir do título, no qual é utilizada a expressão “caixa-preta”:

“A caixa-preta de Paripueira” (grifo nosso)

Valendo-se de uma expressão pertencente ao contexto da aviação, a produtora do texto possibilita que o leitor ative, por meio do conhecimento prévio dele, o *frame* aviação. Nesse caso, essa estratégia pode propiciar a interação com o texto, à medida que possibilita aos leitores antecipar um dos assuntos sobre o qual o texto trata.

No primeiro parágrafo, encontramos a palavra “liminar”, que ativa o *frame* “Justiça”, visto que é um vocábulo específico do campo jurídico. A palavra “interceptar” retoma o *frame* “aviação”, pois sua utilização é feita com mais frequência nesse contexto social e comunicativo.

Ainda nesse parágrafo, Cantanhêde utiliza palavras específicas do contexto da aviação em um enunciado cujo conteúdo pode ser assim explicitado: “um negócio importante para o Brasil”:

De uma só canetada, o juiz Josenir Pereira de Souza, da distante Paripueira, no interior de Alagoas, acaba de assinar uma liminar poderosa o suficiente para **interceptar um vôo nacional de longuíssimo alcance**: a fusão Varig-Tam. (grifo nosso).

Desse modo, observamos que a produtora do texto sugere que o leitor busque em sua memória um modelo de situação e o atualize de acordo com o contexto fornecido pelo texto. Assim, geralmente, a interação é estabelecida à medida que o leitor atribui sentido para o enunciado, sendo, portanto, o responsável por esse sentido, uma vez que ele foi constituído por meio de seu conhecimento de mundo.

No quinto parágrafo do texto, a expressão “caixa-preta”, específica do contexto da aviação, é utilizada em referência ao contexto político:

“Quando Lula criticou a **caixa-preta** do Judiciário, (...)” (grifo nosso)

Assim como no exemplo anterior, outro contexto deve ser ativado e atualizado para que o enunciado faça sentido para o leitor, uma vez que o Judiciário não possui “caixa-preta”. Esse exemplo será novamente abordado no item 3, em que trataremos dos implícitos na linguagem e no qual traçaremos novos comentários.

No último parágrafo, encaminhando a conclusão do texto, são retomadas as palavras “interceptar” e “vôo”, cujos sentidos de “parar/cancelar” e “negócio”, respectivamente, são atribuídos de acordo com o mesmo procedimento de raciocínio utilizado pelo leitor.

Ainda no último parágrafo, verificamos a utilização da palavra “desastre”, cujo significado, no campo da aviação, remete a um grave acidente. No entanto, observamos que no texto ela assume o sentido de problema econômico ou insucesso. Assim, acreditamos que a produtora do texto conduz o processo de compreensão do leitor, fazendo com que ele realize, no decorrer da leitura, um paralelo entre os dois contextos comunicativos apresentados para que possa interagir e, conseqüentemente, construir sentidos.

2 - Modalizadores

No primeiro parágrafo, no trecho “liminar poderosa **o suficiente** para interceptar (...)” (grifo nosso) - A expressão destacada enfatiza a asserção feita pela produtora do texto a respeito do poder da liminar. Com isso, acreditamos que ela pretende reforçar a importância da negociação que estava em andamento, bem como apresentar uma crítica em relação ao poder dos juízes que, em algumas situações, é utilizado de modo indiscriminado.

No segundo parágrafo, com a expressão - “**Com todo o respeito** ao juiz Josenir, a Paripueira e a Alagoas, (...)” (grifo nosso) - Cantanhêde inicia suas críticas, demonstrando que não são críticas pessoais ao juiz citado. Com essas palavras, ela afasta, também, a hipótese de preconceito em relação ao Estado e à cidade do referido juiz, uma vez que essas expressões indicam polidez de tratamento à pessoa que representa, nesse contexto, o papel de juiz e a região a que ele pertence.

Dessa forma, mesmo criticando a ação realizada, observamos que Cantanhêde afasta de seu enunciado qualquer pista que a comprometa com o juiz e com as pessoas que pertencem à região mencionada.

No final do quarto parágrafo do texto, notamos o uso da frase entre parênteses - “(não Corrêa, porque aí já **seria** demais...)” (grifo nosso). O verbo “ser”, utilizado no futuro do pretérito, parece indicar que a produtora do texto entende como inaceitável a participação do referido juiz na primeira greve do Judiciário, uma vez que ela o descreve como possuidor de uma alta remuneração.

Neste caso, esse tempo verbal indica uma suposição de Cantanhêde, visto que, assim, ela destaca a diferença entre o irreal (seria) e o real (é) e, desse modo, coloca o enunciado ao nível da hipótese, não assumindo totalmente seu discurso.

No quinto parágrafo, na expressão: “(...) muita gente, mas muita gente **mesmo**, pensa (...)”, observamos que “mesmo” é utilizado como elemento cuja função é atribuir ênfase à expressão que o precede. Ao enfatizar seu enunciado, a produtora parece querer transmitir ao leitor dada informação como certa, caracterizando a modalização assertiva.

No final do sexto parágrafo, observamos, mais uma vez, o uso do verbo no futuro do pretérito “(...) **Estariam acima da lei?**” - Ao utilizar o verbo nesse tempo, a produtora do texto expressa dúvida a respeito do fato de os juízes representarem a lei e não serem obrigados a cumpri-la, como sugere o advérbio “acima” imediatamente após o verbo. Assim como o exemplo anterior, o futuro do pretérito instaura no enunciado uma dúvida que a produtora do texto pretende compartilhar com o leitor, pois, além do emprego desse tempo verbal, ela finaliza sua frase com uma interrogação, caracterizando o caráter epistêmico da modalização. Assim, o leitor interage com o texto à medida que reflete sobre a questão proposta.

O sétimo parágrafo do texto é iniciado com a seguinte expressão: “O **fato** é que (...)” (grifo nosso). Com essa expressão, a produtora do texto afirma seu pensamento a respeito de um dos assuntos sobre qual o texto trata. Segundo os estudos de Koch (1999:85), a afirmação também é um modo de modalizar o discurso. Nesse caso, a presença desses indicadores de modalização traz o leitor para determinado contexto e orienta sua compreensão. Dessa forma, faz com que ele interprete o discurso e julgue a verdade ou a falsidade da afirmação.

No último parágrafo do texto, atentamos para o uso do advérbio de modo: “**Curiosamente**, (...)”. Os advérbios também são importantes indicadores de modalização, pois expressam a opinião do locutor do discurso, como nesse caso em que é utilizado no início da frase, marcando a presença da produtora como alguém que observou e analisou o fato ocorrido, sendo, portanto, capaz de apresentar seu ponto de vista. Por sua vez, o ponto de vista da produtora fica sujeito à avaliação do leitor que, por meio dos conhecimentos que possui, pode formular sua própria opinião de acordo ou não com a proposição expressa no texto.

3 - Implícitos

Dentre as expressões analisadas no item anterior, verificamos que a expressão “um juiz sozinho pode fazer verão, chuvas ou trovoadas” carrega, por trás de sua significação literal, uma outra significação implícita, sob a forma de subentendido.

Como postula Ducrot (1977), os subentendidos não são marcados lingüisticamente no texto, por isso, não fazem parte do enunciado. A compreensão da informação subentendida depende da interpretação do leitor.

Desse modo, fazendo uso dessa estratégia, podemos estabelecer, para a compreensão do implícito neste trecho, dentre outras possibilidades existentes, a seguinte relação de sentido entre as palavras verão, chuvas e trovoadas:

Verão ⇔ negócio concretizado, poderá beneficiar a economia brasileira.

Chuvas ⇔ negócio não concretizado que poderá provocar a falência de uma das companhias envolvidas no processo de fusão.

Trovoadas ⇔ negócio não concretizado, falência e, conseqüentemente, prejuízos à economia do Brasil.

A palavra “canetada”, que faz a abertura do texto, expõe o problema tratado: a canetada do juiz também nos permite analisar por trás de sua significação uma gama de implícitos. Ela nos mostra que, independente de quem é ou de onde é o juiz (“...o juiz Josenir Pereira de Souza, da distante Paripueira, no interior de Alagoas...”), este tem o poder de assinar liminares que podem impedir grandes negócios, como a fusão Varig-TAM. Sem essa fusão, o

a produtora do texto afirma que a Varig pode falir.

A indignação diante desse fato é reforçada no segundo parágrafo composto por uma pergunta:

“como é possível um só juiz não sei de onde atravancar um dos negócios mais importantes e estratégicos do país em décadas?”

Pergunta lida, cabe ao leitor ir em busca da resposta. Entretanto, a produtora do texto afirma “A canetada é um bom motivo para reflexão.”, supomos, então, que o leitor encontrará dados que o farão refletir para, assim, chegar a uma resposta.

Essa reflexão não é feita em uma hora qualquer, mas “num momento muito apropriado”: momento de um juiz decidir a realização ou não de um grande negócio nacional; momento em que juízes pedem aposentadorias especiais para eles.

Está montada a crítica do texto: o poder excessivo dos juízes e suas aposentadorias astronômicas. É colocado em questão o poder Judiciário, o qual também recebeu críticas de Lula.

Para referir-se ao poder Judiciário, Lula emprega a expressão “caixa preta do Judiciário”. A caixa preta é a peça mais resistente de um avião; ela é capaz de resistir a quase tudo, daí o emprego da expressão citada, reforçando o excesso de poder do Judiciário.

O juiz alagoano é apenas um exemplo desse poder dos juízes: “eles são a lei”. A outra questão que fica é “Estariam acima da lei?”. Assim como na

interrogação anterior, ao finalizar o parágrafo com uma pergunta, a produtora do texto induz o leitor à reflexão em busca de uma resposta.

No último parágrafo, Cantanhêde retoma o conteúdo desenvolvido no texto e conclui sugerindo a abertura da caixa preta do Judiciário proposta anteriormente por Lula. Abrir a caixa de maior resistência e ver o que ela realmente tem.

Portanto, subentende-se que o juiz, com seu poder de decisão, influencia os negócios dos quais dependem a economia brasileira. Ao utilizar essa estratégia, a produtora do texto deixa pistas para que o leitor atribua sentido ao seu enunciado sem, no entanto, compartilhar da responsabilidade desse sentido, uma vez que, nesse caso, o sentido se completa quando o leitor correlaciona o lingüístico ao seu conhecimento de mundo.

4 - Operadores argumentativos

Dos operadores argumentativos presentes no texto “A caixa-preta de Paripueira”, destacamos os seguintes:

- **Porém** - O emprego, no texto, desse operador orienta os argumentos cujas conclusões são contrárias. No texto, essa conjunção contrapõe as idéias de Lula às de “todo mundo, ou quase todo mundo”.

“Quando Lula criticou a caixa-preta do Judiciário, todo mundo ou quase todo mundo, achou um escândalo. Ele, porém, verbalizava o que sempre pensou (...)” (grifo nosso)

- **Mas** - Também no quinto parágrafo, esse operador enfatiza a expressão “muita gente”.

“(...) muita gente, **mas** muita gente mesmo, pensa”. (grifo nosso)

A ênfase na expressão *muita gente*, permite-nos inferir que a produtora partilha da opinião expressa no texto e espera que seja a opinião de seu leitor.

- **Não só... mas (também)** - No sexto parágrafo, a expressão “não só” faz com que o sentido da conjunção *mas*, geralmente adversativa, ganhe o sentido aditivo, uma vez que permite que o leitor subentenda, nesse trecho, a palavra *também*.

“Não só com palavras, **mas** com atos” (grifo nosso)

- **Ou...ou** - Essas conjunções que, geralmente, instauram no texto um sentido alternativo por apresentarem duas ou mais proposições que conduzem o leitor a conclusões diferentes. Entretanto, neste texto, elas são utilizadas como uma estratégia para induzir o leitor a apenas uma conclusão.

“O fato é que a Varig está tecnicamente falida e só tem uma alternativa: a fusão **ou** a fusão. **Ou** se funde com a TAM **ou** acaba” (grifo nosso)

Como explicitamos, as alternativas apresentadas conduzem o leitor a uma única conclusão, tendo em vista o forte argumento anteriormente utilizado: “a Varig está tecnicamente falida”. Sendo assim, concluímos que o produtor do texto utilizou as orações coordenadas alternativas com o intuito de chamar a atenção do leitor e fazê-lo compartilhar da única conclusão a que o texto lhe permite chegar.

- **Até** - No oitavo parágrafo, observamos o uso dessa preposição:

“O que reforça **até** a imagem usada por Lula: que se abra a caixa-preta!” (grifo nosso)

Como já discutimos, o “até” introduz, no enunciado, um argumento mais forte do que os já apresentados. Nesse caso, ele torna a frase dita por Lula um argumento conclusivo para o texto.

Em síntese, esses operadores contribuem para que o leitor construa sentido(s) para o texto, uma vez que eles direcionam os argumentos apresentados no texto, conduzindo o leitor à conclusão.

Considerações finais

Todos os textos analisados foram produzidos no segundo semestre do ano de 2003, período em que a sociedade esperava que o governo promovesse mudanças positivas na economia, principalmente aquelas que beneficiassem os menos privilegiados economicamente. Isto porque, como é de conhecimento geral, o Brasil passou por uma mudança significativa em seu governo que, pela primeira vez, foi ocupado por políticos vindos de um partido considerado oposição àqueles que, até então, ocuparam o poder.

Por isso, a maioria dos textos que veicularam na seção Opinião do jornal *Folha de S. Paulo*, nessa época, abordavam temas políticos. No entanto, pudemos verificar que cada produtor de texto utilizou-se dos diversos recursos lingüístico-textuais existentes para expressar sua opinião e apresentar suas críticas a respeito desses temas.

Esses recursos, ao mesmo tempo em que permitiram ao produtor manifestar-se no texto, ora de modo explícito, ora de modo implícito, contribuíram com o processo de compreensão do leitor, pois permitiram o resgate de conhecimentos prévios para a compreensão de uma informação nova uma vez que os textos que constituíram nosso *corpus* são disponíveis a leitores

de diferentes níveis sócioeconômico e cultural.

Desse modo, observamos que os textos apresentam: a intertextualidade, a polifonia, a modalização, os operadores argumentativos, além dos implícitos, como elementos lingüístico-textuais que facilitam o processo de produção de sentidos e, com isso, promovem a interação com o leitor.

Notamos que tais elementos, de fato, contribuem para que a leitura se torne mais envolvente. Nesse sentido, a intertextualidade, recurso freqüentemente empregado, auxilia no resgate de informações que fazem parte de seu conhecimento de mundo e que, correlacionadas ao conteúdo de cada texto, facilitam o processo de compreensão. De modo geral, ao utilizar essa estratégia o produtor pressupõe que o intertexto seja de conhecimento dos leitores

A polifonia, por sua vez, contribui para legitimar aquilo que o produtor deseja transmitir, visto que, na maioria das vezes esse recurso é utilizado para atribuir força de verdade ao enunciado, bem como apresentar pontos de vista diferentes em um mesmo texto.

A modalização, sendo a estratégia que permite avaliar o grau de adesão do sujeito-produtor em relação aos conteúdos enunciados, permitiu observar como o produtor se posicionou em relação ao seu enunciado para que o leitor possa, assim, posicionar-se frente ao texto.

Os operadores argumentativos, bem como os índices de avaliação, quando aparecem, persuadem o leitor no sentido de levá-lo a compartilhar das opiniões e conclusões do produtor, já que direcionam a leitura.

Os implícitos fizeram com que o ato de leitura não se restringisse somente a leitura do código lingüístico, mas permitiram que, por meio deles, compreendêssemos as informações que não foram inseridas no enunciado de modo direto. Para a compreensão desta estratégia, também é necessário que o leitor ative seus conhecimentos prévios e aplique-os no momento da leitura.

Em síntese, a ocorrência dessas estratégias nos três textos analisados ressaltou a importância de cada uma delas no envolvimento do leitor com o texto. É importante salientar que algumas dessas estratégias, como por exemplo, os operadores argumentativos, ao mesmo tempo que propiciam a interação, visam à manipulação do leitor.

Desse modo, é importante que o leitor saiba detectar essas marcas para compreendê-las e não se deixar manipular por elas, bem como saber empregá-las em seu próprio texto.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, procuramos enfatizar a importância da interação entre o texto e o leitor com o intuito de contribuir para o ensino da leitura. Para tanto, em nossos estudos, apresentamos, dentro de uma abordagem pragmática da linguagem, o texto como um evento discursivo, cuja constituição é influenciada por fatores de ordem lingüística, cognitiva e social. Nesse sentido, a compreensão do texto depende da sintonia entre o universo comunicativo dos sujeitos envolvidos no processo de leitura.

Assim, o texto é concebido como um ato de comunicação constituído por fatores lingüísticos e cognitivos, apresentando uma manifestação verbal, visto que é composto por elementos lingüísticos; uma manifestação discursiva, uma vez que se considera fatores contextuais.

Conseqüentemente, a compreensão do texto exige do leitor competência textual e discursiva. Essas competências permitem que ele compreenda, respectivamente, as informações internas, co-textuais e as informações contextuais, que são expressas nos textos por meio de recursos lingüísticos.

De acordo com os estudos realizados, observamos que a adequação desses aspectos torna o texto uma unidade significativa capaz de estabelecer a interação com o leitor, por isso tivemos como objetivo específico verificar os recursos lingüístico-textuais que o produtor do texto dissertativo-argumentativo utiliza para propiciar essa interação.

Com base nas idéias apresentadas e com o propósito de atingir nosso objetivo, fundamentamos nossa pesquisa na Teoria do Processamento do Discurso, em estudos sobre o processamento do discurso; na Lingüística Textual, em estudos

sobre fatores que constituem o texto, como intertextualidade, polifonia e coerência; em estudos sobre o implícito no texto e em estudos sobre o texto dissertativo-argumentativo, em que foram privilegiados os modalizadores e os operadores argumentativos.

Nossas análises mostraram-nos que, de fato, os textos são produções discursivas resultado do conhecimento lingüístico e do conhecimento de mundo do produtor, pois constatamos que esses conhecimentos materializam-se no texto por meio dos recursos lingüísticos apontados acima, que, como defendemos neste trabalho, contribuem para o processo de leitura e produção de sentidos pelo leitor e, conseqüentemente, propiciam a interação.

Nesse sentido, constatamos que a coerência constitui-se nos textos apresentados à medida que o leitor consegue identificar a intertextualidade e a polifonia presentes no texto e relacioná-la ao seu universo comunicativo.

Ao fazer uso da intertextualidade, o produtor do texto permite ao leitor realizar uma leitura com base em aproximações de textos já existentes, cujos temas podem ser relacionados a temas atuais abordados nos textos analisados.

A polifonia permite ao produtor valer-se da voz do outro para constituir suas idéias em suas produções textuais e, por meio dela, tornam-se presentes no texto, de modo direto ou não, perspectivas convergentes ou divergentes daquelas apontadas pelo produtor. Notamos que esse recurso é, também, empregado para legitimar o ponto de vista do produtor. Nesse caso, são resgatadas e inseridas no texto a voz de outros enunciadores, cujas opiniões podem servir de apoio às opiniões do produtor.

Por sua vez, os implícitos exercem um importante papel na produção de sentidos, pois permitem que o leitor busque informações que não foram ditas de modo explícito no texto. Conforme comprovamos em nossa análise, para a compreensão das informações implícitas, o leitor necessita ativar seus conhecimentos prévios. Esse recurso torna-se relevante, pois faz com que o leitor ultrapasse a mera decodificação dos símbolos lingüísticos e realize uma leitura eficiente.

Constatamos que, por meio dos modalizadores, os produtores de texto fornecem ao leitor pistas para que ele perceba seu posicionamento frente aos assuntos abordados no texto. Esse posicionamento é reforçado pelo uso de palavras e expressões de força argumentativa. Ao utilizar tais recursos, observamos que o produtor do texto busca contribuir para o processo de compreensão do leitor.

Como observamos nas análises realizadas, a compreensão dos recursos lingüísticos presentes no texto não dependem apenas do conhecimento lingüístico do leitor, é igualmente importante a utilização de seus conhecimentos prévios no momento da leitura. Assim, os elementos estudados podem ser considerados recursos interacionais presentes nos textos dissertativo-argumentativos.

Desse modo, os estudos realizados nos mostram que a leitura é um processo dinâmico que resulta da união de fatores não só lingüísticos, mas também cognitivos e sócio-interacionais e, para ser bem sucedida, depende de estratégias interacionais utilizadas pelo produtor do texto e também do conhecimento de mundo do leitor.

À luz dessas considerações, ressaltamos a necessidade de o professor, nas aulas de leitura, enfatizar a importância de se identificar as pistas textuais deixadas pelo produtor para uma melhor compreensão do texto, invalidando, portanto, a leitura como simples decodificação de palavras e frases.

Dessa forma, a escola tem a função de propiciar situações de leitura em que os alunos possam desenvolver sua competência lingüística e textual. Ao enfatizar tais competências, ela formará leitores eficientes, capazes de aplicar esses conhecimentos na compreensão de textos do seu cotidiano.

Como já dissemos, não tivemos a intenção, nesta pesquisa, de propor uma metodologia de ensino da leitura, mas acreditamos que, ao privilegiar uma postura dialógica entre o texto e o leitor, contribuimos para o processo de ensino-aprendizagem da leitura e, assim, nosso trabalho abre perspectivas para novos estudos sobre a interação entre o texto e o leitor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUGRANDE, R. A. & DRESSLER, W. U. (1981). *Introduction to text linguistics*. London and New York: Longman.

BROWN, A. L. & DAY, J. D. (1983). "Macrorules for Summarizing textes: The development of expertise". *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*.

DRESSLER, W. (1970). "Towards a Semantic Deep Structure of Discourse Grammar". *Papers from the sixth Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*, 202-9.

DUCROT, O. (1977). *Princípios de semântica lingüística (dizer e não dizer)*. São Paulo: Cultrix .

_____. (1980). *Les mots du discours*. Paris: Les Editions de Minuit.

_____. (1987). *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes.

DUCROT, O. & ANSCOMBRE, J.C. (1981). *Provar e dizer: linguagem e lógica*. São Paulo: Global Editora.

FÁVERO, L. L. e KOCH, I. G. V. (1983). *Lingüística Textual: introdução*. São Paulo: Cortez.

_____. (1987). "Contribuição a uma tipologia textual". *Letras & Letras*, volume 3, n. 1, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia.

KOCH, I. V. G. (1998). *A inter-ação pela linguagem*. 4. ed. São Paulo: Contexto.

- _____ (1999). *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez.
- _____ (2000). *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto.
- _____ (2002). *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez.
- KOCH, I. G. V. & TRAVAGLIA, L. C. (2000). *A coerência textual*. São Paulo: Contexto.
- LAGE, N. (1990). *A linguagem jornalística*. São Paulo: Ática.
- MAINGUENEAU, D. (1996). *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo: Martins Fontes.
- SIQUEIRA, J. H. S. (1994). "Cognição e avaliação: condições para uma tipologização do discurso". NASCIMENTO, E. M. F. S. & GREGOLIN, M. R. V. (orgs.). *Problemas atuais da análise do discurso*. Araraquara: Universidade Estadual Paulista. SériEncontros.
- SIQUEIRA, J. H. S. (1995). *A organização do texto dissertativo*. 1.ed. São Paulo: Selinunte.
- VAN DIJK, T. A. (1978). *La ciencia del texto: un enfoque interdisciplinario*. Trad. castelhana de Sibila Hunzinger. Barcelona, Buenos Aires: Paidós - Ibérica S.A.
- _____ (1980). *Estructuras y funciones del discurso*. Madrid: Siglo veintiuno de España editores, S.A.

_____ (1987). *Racismo y análisis crítico de los medios*. Barcelona, Buenos Aires: Paidós – Ibérica S.A

_____. (2000). *Cognição, Discurso e Interação*. São Paulo: Contexto.

VAN DIJK T. A. & KINTSCH, W. (1983). *Strategies of discourse comprehension*. New York: Academic Press.

Apareceu a Margarida

Marcha
João Roberto Kelly
Gravada em 1967

Apareceu a Margarida,
Olê, olê, olá,
No festival,
Veio pra se desfolhar,
Neste carnaval.

(bis)

Carolina,
Tão formosa,
Dengosa ao chegar,
Destruí-se,
E não viu Margarida passar.

Carolina,
Compreenda,
Que o mundo
É uma escola.

A noite era de Carolina,
Mas foi Margarida,
Quem entrou de sola,
Olê, olê, olá.

(bis)

Quem te viu, Quem Te Vê

Chico Buarque de Hollanda

Você era a mais bonita das cabrochas dessa ala
Você era a favorita onde eu era mestre-sala
Hoje a gente nem se fala, mas a festa continua
Suas noites são de gala, nosso samba ainda é na rua

Hoje o samba saiu procurando você
Quem te viu, quem te vê
Quem não a conhece não pode mais ver pra crer
Quem jamais esquece não pode reconhecer

Quando o samba começava, você era a mais brilhante
E se a gente se cansava, você só seguia adiante
Hoje a gente anda distante do calor do seu gingado
Você só dá chá dançante onde eu não sou convidado

Hoje o samba saiu procurando você
Quem te viu, quem te vê
Quem não a conhece não pode mais ver pra crer
Quem jamais esquece não pode reconhecer

O meu samba se marcava na cadência dos seus passos
O meu sono se embalava no carinho dos seus braços
Hoje de teimoso eu passo bem em frente ao seu portão
Pra lembrar que sobra espaço no barraco e no cordão

Hoje o samba saiu procurando você
Quem te viu, quem te vê
Quem não a conhece não pode mais ver pra crer
Quem jamais esquece não pode reconhecer

Todo ano eu lhe fazia uma cabrocha de alta classe
De dourado eu lhe vestia pra que o povo admirasse
E não sei bem com certeza por que foi que um belo dia
Quem brincava de princesa acostumou na fantasia

Hoje o samba saiu procurando você
Quem te viu, quem te vê
Quem não a conhece não pode mais ver pra crer
Quem jamais esquece não pode reconhecer

Hoje eu vou sambar na pista, você vai de galeria
Quero que você assista na mais fina companhia
Se você sentir saudade, por favor não dê na vista
Bate palmas com vontade, faz de conta que é turista

Hoje o samba saiu procurando você
Quem te viu, quem te vê
Quem não a conhece não pode mais ver pra crer
Quem jamais esquece não pode reconhecer